

EDIÇÃO DE FIM DE SEMANA - CAMPINAS E REGIÃO

Campinas (SP), Sexta-feira, 27 a domingo, 29 de Março de 2026

www.correiodamanha.com.br

Ano CXXIV N° 24.986

R\$ 5,00

Deputado cobra Prefeitura por imóveis de famílias afetadas por obras em rodovia

PÁGINA 4

Reveladas estações de trem entre Jundiaí e Campinas

Com o início das obras prometido pelo governo de São Paulo para ainda este mês, mais precisamente nesta sexta-feira (27), o Trem Intercidades Eixo Norte, que vai ligar a capital a Campinas, avança em diferentes frentes e começa a ganhar forma também no trecho regional entre Jundiaí e Campinas. Novas imagens antecipam como deverão ficar as estações do chamado Trem InterMetropolitano, serviço parador que fará a conexão entre os municípios da região e permitirá acesso até São Paulo.

PÁGINA 5

Azul ganha prêmio de melhor aérea do Brasil

Divulgação/Cesar dos Reis



Companhia venceu o prêmio Aviação + Brasil como melhor companhia aérea brasileira de 2025; cerimônia de premiação ocorreu em Brasília e é uma iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para reconhecer aeroportos e empresas que registraram o melhor desempenho no país

PÁGINA 18

Médicos do HC são denunciados por esquema

O Ministério Público do Estado denunciou dois médicos do Hospital de Clínicas da Unicamp como responsáveis por liderar um esquema irregular para acesso de pacientes a cirurgias bariátricas pelo SUS. Pacientes beneficiados pelo esquema furavam a fila de espera pela cirurgia eletiva.

PÁGINA 6

Viracopos tem simulado de acidente aéreo

PÁGINA 6

Prévia da inflação fica em 0,44% em março

Preço de combustíveis por conta da guerra liga alerta

PÁGINA 24

LUMMERTZ

As dívidas dos brasileiros na eleição

PÁGINA 2

EDITORIAL

A barbárie ultrapassa a punição

PÁGINA 2

Páscoa movimentou quatro mil empresas

Época mobiliza 4.014 negócios de confeitaria na região de Campinas, impulsionando vendas de chocolates e movimentando outros setores.

PÁGINA 8

Presidente Lula visita hospital de São Carlos

A agenda marcou a inauguração das novas áreas do Hospital Universitário da Universidade Federal de São Carlos e apresentação de nova marca.

PÁGINA 10

Celso Silva/Governo de São Paulo



Mandados foram cumpridos em Campinas e Vinhedo

Operação mira Fazenda de SP

MP investiga esquema de corrupção na secretaria estadual

PÁGINA 12

Vinícius Lummertz*

O endividamento dos brasileiros precisa entrar na eleição

Inadimplência recorde revela um modelo que impede a formação de poupança e deveria estar no centro do debate nacional

O Brasil se aproxima de mais um ciclo eleitoral discutindo temas importantes, mas evitando enfrentar um dos problemas mais estruturais de sua economia: o endividamento crescente das famílias e a incapacidade do país de transformar renda em poupança e poupança em investimento.

Mais de 87 milhões de brasileiros estão inadimplentes, segundo a Serasa Experian, em um quadro que se agravou com crescimento próximo de 40% na última década, número que, apesar de sua dimensão, passou a ser tratado com naturalidade no debate público, como se fosse apenas mais um indicador social, quando, na realidade, revela uma falha profunda na forma como o modelo econômico brasileiro organiza renda, crédito e acumulação.

A inadimplência, nesse contexto, não é um desvio, tampouco um problema periférico, mas a expressão visível de um sistema que consome a renda antes que ela possa se transformar em poupança, impedindo que o país forme capital de maneira consistente. Do lado humano, corrói as famílias brasileiras, gerando tristeza e violência.

Sem poupança, não há investimento sustentável, e essa não é uma discussão ideológica, mas uma relação elementar da economia, na qual poupança e investimento são partes inseparáveis do mesmo processo, sendo a primeira a condição necessária da segunda.

As economias que cresceram de forma contínua compreenderam esse vínculo.

Nos Estados Unidos, a elevada produtividade sustenta uma massa salarial robusta, de 60% da economia, que se converte em poupança por meio de fundos de pensão e mercados de capitais, alimentando o investimento produtivo. Na China, por caminhos distintos, a poupança supera 40% do PIB e é direcionada de forma sistemática para infraestrutura, indústria e tecnologia, sustentando décadas de expansão econômica.

No Brasil, a taxa de poupança permanece ao redor de 16% do PIB, e o investimento acompanha esse patamar, em níveis insuficientes para sustentar crescimento consistente, especialmente quando comparados ao patamar de aproximadamente 25% observado nas economias que lograram acelerar seu desenvolvimento.

Mas o problema não está apenas na quantidade de poupança, e sim na forma como a renda é capturada ao longo do caminho.

A baixa produtividade comprime salários, o alto custo do emprego formal limita a expansão da renda, e o crédito caro, frequentemente acima de 40% ao ano, transforma a intermediação financeira em um verdadeiro imposto implícito sobre o trabalho, corroendo a renda antes que ela possa se transformar em acumulação.

Esse mecanismo, que se aproxima do que a literatura econômica denomina financial repression, contribui para um sistema que não forma capital, mas o dissipa, convertendo renda em endividamento e naturalizando a inadimplência como parte do funcionamento da economia.

Mesmo quando a poupança existe, o país encontra dificuldades para transformá-la em investimento, em razão de um ambiente de negócios complexo, inseguro e lento, que se traduz na posição 124 entre 190 economias no ranking Doing Business, refletindo um país onde projetos enfrentam anos de tramitação, incerteza regulatória e elevado risco jurídico.

Diante da insuficiência da poupança interna, seria natural complementar esse déficit com poupança externa, proveniente de fundos de pensão e investidores institucionais em um mundo que hoje dispõe de excesso de liquidez, mas o Brasil não consegue capturar esses recursos em escala relevante porque não oferece previsibilidade, segurança nem capacidade de execução.

O resultado é um impasse conhecido, mas pouco enfrentado: o país não acumula poupança suficiente e não consegue atrair capital externo na medida necessária, operando permanentemente abaixo do seu potencial.

Há, contudo, um aspecto ainda mais grave.

Tratar como rotina um endividamento que cresceu cerca de 40% em dez anos não é apenas um erro de leitura, é uma forma de acomodação diante de um problema estrutural, e, ao naturalizar esse quadro, o país abdica de enfrentá-lo e prolonga um modelo que corrói sua própria capacidade de gerar riqueza.

Esse tema deveria estar no centro do debate eleitoral.

Porque não se trata apenas de juros altos ou crédito caro, mas de um modelo econômico que impede a formação de uma classe média capaz de poupar, limita o investimento e compromete o crescimento de longo prazo.

Discutir crescimento sem discutir poupança é discutir aparência sem enfrentar fundamentos.

O Brasil precisa decidir, no voto, se continuará operando um modelo que consome renda antes de acumulá-la ou se enfrentará as reformas necessárias para reconstruir o vínculo entre trabalho, poupança e investimento.

Enquanto essa escolha não for feita de forma explícita, o país seguirá encenando crescimento, ao custo de manter sua população endividada e seu futuro comprometido. Enganar a população pode ser uma saída eleitoral, mas não será o futuro da democracia brasileira.

***Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo**

EDITORIAL

Quando a barbárie ultrapassa a punição

A aprovação, pelo Senado, da inclusão da Lei Maria da Penha, no rol de crimes hediondos, da tipificação do vicaricídio, crime que reconhece como hediondo o assassinato de filhos ou familiares com o objetivo de atingir emocionalmente uma mulher, é um passo importante do ponto de vista legal.

Entretanto, ainda que a lei seja promulgada, nem de longe poderá “aliviar”, minimamente, as vítimas do crime. A sensação que fica é de uma medida insuficiente. A previsão de penas mais duras são incapazes de responder a atos que desafiam a compreensão humana. É preciso questionar: uma pena mais rigorosa, por si só, é capaz de impedir crimes dessa natureza? A experiência com o feminicídio sugere que não, visto que os números seguem em escalada.

O vicaricídio expõe uma face ainda mais cruel da violência, aquela em que o alvo não é apenas a vítima direta, mas tudo o que a cerca. Não basta matar, é preciso matar em vida.

Trata-se de um crime que usa a vida de terceiros, geralmente crianças, como “arma” para causar dor insuportável. É a negação do outro enquanto ser humano, reduzido a “objeto de vingança”.

Diante disso, confiar apenas na resposta penal soa como apostar na consequência e não na causa. Leis são indispensáveis, mas operam, em geral, quando o dano já

foi consumado. Elas punem, mas não previnem. E crimes, como o vicaricídio, nascem de um terreno complexo, no qual se misturam relações de poder, incapacidade de lidar com frustrações, sentimentos de posse e uma cultura que ainda tolera a desumanização do outro.

Não se trata de reduzir o debate a uma disputa de narrativas ou a rótulos ideológicos. O que está em jogo é algo mais básico, a forma como a sociedade educa para o convívio, respeito e reconhecimento do outro como alguém que não pode ser ferido como extensão de conflitos pessoais. Quando a dor do outro passa a ser vista como instrumento legítimo de punição, algo falhou muito antes do crime.

Prevenir violências extremas exige investimento contínuo em educação emocional, políticas públicas de proteção, redes de apoio que consigam identificar sinais de risco antes que se transformem em tragédia. Requer pessoas educadas para vivenciar relações baseadas em autonomia, respeito e responsabilidade, não em controle ou ressentimento. O reconhecimento do vicaricídio no ordenamento jurídico brasileiro é, sim, necessário, está longe de ser suficiente.

A pergunta que surge é: como impedir que alguém chegue ao ponto de transformar a sua existência em um instrumento cruel de vingança. Essa resposta não cabe apenas à lei. Cabe a todos nós!

Opinião do leitor

Semana Santa

A Semana Santa terá início no dia 29 de março, com a celebração de Domingo de Ramos, um dos períodos mais importantes do calendário cristão, a Semana Santa 2026, que se estenderá até o dia 05 de abril, com a Páscoa, quando se comemorará a Ressurreição do nosso Senhor, Jesus Cristo.

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal*

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: FAMÍLIA REAL BRITÂNICA CHEGA AO RIO DE JANEIRO

As principais notícias do Correio da Manhã em 26 de março de 1931 foram: Família Real Britânica desembarca no Rio de Janeiro, com honras militares e parada de 10 mil homens. Classes trabalhistas

apresentam ao ministro do Trabalho suas considerações sobre a sindicalização no país. Falha mais um nova tentativa de golpe militar no Peru. Família Real Canadense prepara visita ao Brasil.

HÁ 75 ANOS: GOVERNO PREPARA UM ANTIPREJO À REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA

As principais notícias do Correio da Manhã em 26 de março de 1951 foram: Tropas Aliadas conseguem dominar toda a parte sul da península coreana novamente. Governo de Perón restringe programas

estrangeiros na Argentina. Ministério da Fazenda prepara um antiprojeto à reforma do imposto de renda da Câmara. Senado rejeita o abono de Natal ao funcionalismo público

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO DE CAMPINAS

Câmara Municipal de Campinas



STF afirmou que não é privilégio, aponta vereador

Atendimento prioritário para membros da OAB I

O vereador Marcelo Silva (PP-SP) protocolou um Projeto de Lei de atendimento prioritário para advogados e estagiários cadastrados na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) quando atuando em nome de clientes, no âmbito da administração pública municipal de Campinas. O atendimento prioritário será garantido aos advogados e estagiários que estiverem munidos de procuração, mandato judicial, contrato de honorários, declaração de atendimento ou outro documento que comprove a representação de cliente, atuando em diligência, consulta, protocolo, obtenção de certidões, informações, documentos ou qualquer ato necessário no exercício da advocacia.

Atendimento prioritário II

“O STF afirmou que não se trata de privilégio, mas de instrumento para garantir o acesso do cidadão à justiça e à administração pública. O atendimento prioritário ao advogado reduz burocracia, evita atrasos em processos administrativos, melhora a eficiência da administração e protege o cidadão representado pelo advogado”, afirma.

Câmara Municipal de Campinas



Solicitação foi feita à Prefeitura pelo vereador

Reconhecimento facial em escolas I

O vereador Rodrigo Farmadic (União-SP) solicitou à Prefeitura, por meio de uma Indicação, um estudo técnico para a instalação de câmeras de reconhecimento facial em escolas da rede pública municipal. A solicitação prevê que os equipamentos colocados nas entradas e saídas das escolas sejam integrados a um sistema de comunicação que permite envio de mensagens SMS em tempo real, além de aplicativos e outros meios digitais com os pais ou responsáveis.

Reconhecimento facial em escolas II

De acordo com o parlamentar, a medida irá contribuir significativamente para a tranquilidade das famílias.

“Os sistemas de reconhecimento facial, aliados à inteligência artificial, permitem a identificação precisa dos alunos nas unidades escolares, sendo a segurança no ambiente escolar uma prioridade a ser constantemente aprimorada pelo poder público”.

PINGA-FOGO

Prioridades I

A Mesa Diretora da Câmara pretende criar a Política de Gestão Documental e o Sistema de Arquivos do Legislativo. Busca modernizar a organização de documentos com diretrizes para classificação e preservação do acervo público. A iniciativa é positiva do ponto de vista administrativo e gerencial.

Prioridades II

A padronização facilita o acesso à informação e garante que registros históricos sejam mantidos. Mas, a eficiência organizacional não deve ocultar a necessidade de uma reflexão profunda sobre a produtividade legislativa. A organização de arquivos é secundária diante da qualidade das normas produzidas.

Prioridades III

O cidadão espera que a Câmara atue em questões estruturais e não em ritos burocráticos. O excesso de leis sem aplicação prática é um problema recorrente que gera custos e dificulta o entendimento do ordenamento jurídico, gastando tempo e recursos públicos na elaboração de projetos irrelevantes.

Prioridades IV

Essas leis inúteis ou que possuem regulação em esferas superiores aumentam a burocracia e não trazem benefícios reais para o cotidiano da população. Melhor do que organizar o papelório acumulado seria diminuir a sanha legislativa de criar normas que servem apenas para inflar estatísticas de produtividade dos gabinetes.

Prioridades V

É inclusive com essas estatísticas quantitativas, de gerenciamento de inutilidades, que a Câmara de Campinas vem tentando justificar a necessidade falaciosa no aumento no quadro de assessores, que servem, na prática, de cabides eleitoriais para perpetuação de privilégios.

Prioridades VI

O sistema de arquivos organizado é uma ferramenta de transparência, mas a transparência só tem valor se o que é produzido for útil. A Câmara de Campinas precisa focar em simplificar a vida do contribuinte, ao em vez de acumular regramentos que apenas criam obstáculos.



APA abriga remanescentes relevantes de Mata Atlântica

APA ganha 1º lugar em premiação da Fiocruz

Foi reconhecida por uso de App no monitoramento da fauna

Da Redação

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Campinas alcançou reconhecimento nacional ao conquistar a primeira colocação na categoria Unidades de Conservação do prêmio 10+ Colaboradores da Plataforma SISS-GEO 2025. A honraria é concedida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e destaca o trabalho realizado pelo município no monitoramento da fauna silvestre e na prevenção de zoonoses por meio de tecnologia digital.

A cerimônia de premiação ocorreu de forma virtual na quinta-feira (26), com a participação de autoridades e especialistas da área ambiental e de saúde.

A Secretaria do Clima, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Seclimas) enfatizou a importância do uso do aplicativo SISS-Geo para a gestão do território.

O App

É um aplicativo gratuito, disponível para smartphones e web, que transmite dados georreferenciados e auxilia na identificação de corredores ecológicos de transmissão de doenças. Envia alertas automatizados sobre animais mortos ou doentes, o que pode indicar a circulação de agentes infecciosos.

Permite o monitoramento da saúde de animais silvestres em áreas naturais, rurais e urbanas,

além de apoiar a investigação de agentes causadores de doenças que podem afetar tanto animais quanto seres humanos.

Possibilita a participação de cidadãos, profissionais da saúde e do meio ambiente, pesquisadores e especialistas, contribuindo para ações de prevenção e controle de zoonoses e para a conservação da biodiversidade brasileira. São mais de 20 mil colaboradores em todos os estados do Brasil.

Segundo a Prefeitura, o diferencial que levou ao prêmio foi justamente esse modelo de gestão participativa.

Moradores e membros do Conselho Gestor da APA (Congeapa) receberam treinamento específico da Fiocruz e da Prefeitura para operar o sistema, atuando como multiplicadores de conhecimento e vigilantes ambientais. A administração destacou que a coleta de dados confiáveis via aplicativo tem sido fundamental para o embasamento de políticas públicas voltadas ao bem-estar e à sustentabilidade. Nos últimos anos, a região intensificou programas de educação ambiental e parcerias com a comunidade para aumentar a resiliência do ecossistema.

APA Campinas

É uma unidade de conservação de uso sustentável que ocupa aproximadamente um terço da extensão territorial da cidade e que abriga remanescentes relevantes de Mata Atlântica.

Deputado apela à Prefeitura por Habite-se de moradores de rodovia

Entrave é que maioria dos imóveis em áreas de baixa renda não dispõe do documento

Sergio Barzaghi/ Governo do Estado de SP

O deputado estadual Antonio Donato Madormo (PT-SP) formalizou - por meio de um ofício - uma cobrança direta à Prefeitura de Campinas sobre a regularização de imóveis para famílias de baixa renda. O documento destaca que cerca de 108 famílias, atingidas por obras viárias do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP) na Rodovia Miguel Melhado Campos (SP-324), possuem o direito ao recebimento de cartas de crédito habitacional para a aquisição de novas moradias.

O benefício está fundamentado em um convênio celebrado entre o DER-SP e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), além de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com a Defensoria Pública do Estado.

Entretanto, o parlamentar aponta um entrave crítico: para efetivar a compra, exige-se a apresentação do “habite-se” das construções, documento que a maioria dos imóveis em áreas de baixa renda não dispõe.

Como solução jurídica, sugere a aplicação da Lei Federal nº 13.865/2019, que alterou a Lei de Registros Públicos para dispensar o “habite-se” na averbação de residências urbanas unifamiliares de um só pavimento, desde que finalizadas há mais de cinco anos em áreas predominantemente ocupadas por população de baixa renda.

O ofício questiona se o município de Campinas reconhece essa norma, se há regulamentação local à aplicação e se existe disposição para uma articulação institucional com cartórios e órgãos estaduais a fim de destravar os processos das famílias beneficiárias.

Posicionamento

Em resposta, a Prefeitura declara que “não possui competência sobre as exigências estabelecidas para a concessão das cartas de crédito habitacional vinculadas ao convênio, firmado entre o DER-SP e a CDHU, bem como ao TAC relacionado”.

Pontua que “a definição dos critérios, incluindo a exigência de que os imóveis estejam devidamente regularizados, com documentação completa, é de responsabilidade do governo do Estado de São Paulo, por meio da CDHU, não cabendo ao município a flexibilização dessas condições ou a alteração das cláusulas estabelecidas nos instrumentos vigentes”.



Rodovia Miguel Melhado (SP-324) em obras em janeiro de 2025; moradores ainda buscam casas

Arquivo Pessoal

“O problema habitacional não está no país abstrato, nem no governo do estado em abstrato, está dentro do município de Campinas e dentro da zona urbana de Campinas”

Deputado Donato (PT-SP)



Donato cobrou a Prefeitura sobre a regularização de imóveis para as famílias de baixa renda

Destaca que, “no âmbito das diretrizes adotadas pela CDHU, os beneficiários devem adquirir imóveis que atendam às exigências legais e cadastrais do programa habitacional”. Afirma que “a Miguel Melhado é uma faixa de domínio do DER-SP, que a duplicação da rodovia é de responsabilidade do Estado de São Paulo e que para a execução da obra foi necessário que as famílias que ocuparam irregularmente a área há mais de 30 anos deixassem o local”. Por fim, informa que “ofertou auxílio-moradia, estipulado por lei, até a entrega da unidade habitacional pelo poder pú-

blico”, e que “também oferece apoio conforme as necessidades de cada família, dentro dos programas sociais vigentes”.

“Velho Oeste”

Já o arquiteto e urbanista Ari Vicente Fernandes, ex-secretário de habitação de Campinas e ex-presidente da COHAB, critica severamente a condução das obras na rodovia e a postura da prefeitura diante da remoção de famílias e de comerciantes locais.

Afirma que o projeto de acesso direto ao Aeroporto de Viracopos ignora a realidade social da região e reproduz modelos

históricos de segregação urbana. “É a reprodução, a repetição da Linha Amarela e da Linha Vermelha, que foi o acesso ao aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro, feito na época da ditadura, passando ao largo das favelas para não incomodar os distintos usuários do aeroporto com a paisagem feia dos pobres e da miséria.”

Destaca que a municipalidade falhou ao não abrir discussões públicas no momento em que recebeu o projeto original e contesta a justificativa oficial de que o município não possui competência sobre as normas de crédito habitacional estabelecidas pelo

governo estadual através do DER e da CDHU.

Ressalta que o problema habitacional ocorre dentro do território urbano de Campinas e que a administração municipal deveria ter tomado a iniciativa de planejar o reassentamento e a manutenção das atividades comerciais antes do início das demolições na faixa de domínio.

“O problema habitacional não está no país abstrato, nem no governo do estado em abstrato, está dentro do município de Campinas e dentro da zona urbana de Campinas. A prefeitura que devia ter tomado a iniciativa de buscar antever o problema. Como é que nós vamos fazer com a moradia? E com o comércio?”

Relembra que, em intervenções anteriores realizadas há cerca de 15 anos na mesma rodovia, a COHAB executou o projeto do Jardim Marisa para atender moradores desalojados, contrastando com o modelo atual de cartas de crédito que ele define como uma omissão do poder público.

Para o arquiteto, a estratégia atual de transferência de responsabilidade força as famílias a buscarem soluções individuais no mercado imobiliário sem o suporte adequado, configurando uma violação de direitos e de organização urbana. “Esse negócio de mandar pra outro lugar ou oferecer alternativa de apartamentos, do Minha Casa, Minha Vida etc, é a completa omissão, é o velho oeste, é o bang bang. É cada um que se vire.”

Veja como serão estações do Trem Intercidades Campinas-SP

Obras devem começar nesta sexta; BNDES anunciou R\$ 3,2 bilhões ao trem

Por Moara Semeghini

Com o início das obras prometido pelo governo de São Paulo para ainda este mês, mais precisamente nesta sexta-feira (27), o Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte, que vai ligar a capital a Campinas, avança em diferentes frentes e começa a ganhar forma também no trecho regional entre Jundiaí e Campinas. Novas imagens divulgadas nesta semana pela concessionária responsável antecipam como deverão ficar as estações do chamado Trem Inter-Metropolitano (TIM), serviço parador que fará a conexão entre os municípios da região e permitirá o acesso até São Paulo pela Linha 7-Rubi.

Previsto para entrar em operação em 2029, o TIM atenderá cinco cidades: Jundiaí, Louveira, Vinhedo, Valinhos e Campinas. Embora utilize estruturas já existentes, o projeto prevê uma ampla modernização das estações, com intervenções voltadas à acessibilidade, segurança e integração urbana, mantendo, ao mesmo tempo, características históricas dos prédios ferroviários.

As imagens apresentadas são preliminares e ainda podem sofrer alterações, mas indicam um padrão que combina preservação e adaptação às exigências atuais do transporte.

Em Jundiaí, ponto de integração com a Linha 7-Rubi e com o próprio TIC, estão previstas melhorias como elevadores, escadas rolantes e passarelas, além da requalificação do entorno. Como o prédio é tombado, as intervenções deverão respeitar suas características originais.

Em Louveira, o projeto prevê um novo mezanino com escadas e elevadores, garantindo acessibilidade completa, enquanto preserva a estrutura histórica. Em Vinhedo, o prédio antigo será mantido, mas com mudanças na circulação, como a separação entre trilhos e vias urbanas e a criação de passarela inferior.

Valinhos deve receber uma das maiores transformações, com a construção de um novo mezanino para organizar o acesso às plataformas. Já em Campinas, ponto final do sistema, o prédio histórico será mantido, com nova plataforma e acesso subterrâneo, além da preservação de atividades culturais já existentes.

Enquanto os projetos avançam, o TIC também entra em uma nova etapa de discussão técnica. A concessionária TIC



Layout externo aprovado pela TIC Trens do Trem Intercidades
Reprodução/TIC Trens



Perspectiva da estação Jundiaí após reforma da TIC Trens
Reprodução/TIC Trens



Perspectiva da estação Valinhos após reforma da TIC Trens

Trens estuda a construção de uma via adicional exclusiva para o serviço expresso entre São Paulo e Campinas. A proposta, que pode custar cerca de R\$ 2,5 bilhões, prevê a separação entre trens rápidos e os de paradas intermediárias, o que pode aumentar a eficiência e reduzir interferências na operação.

O projeto integra o programa estadual SP nos Trilhos, considerado o maior plano de expansão ferroviária de São Paulo. Segundo o governo, o conjunto de iniciativas prevê investimentos que podem chegar a R\$ 190 bilhões, incluindo novas linhas, modernizações e sistemas de transporte sobre trilhos em diferentes regiões.

O Trem Intercidades terá cerca de 101 quilômetros de extensão e deve reduzir o tempo de viagem entre Campinas e São Paulo para

pouco mais de uma hora. A concessão foi vencida pelo consórcio formado pela Comporte Participações e pela chinesa CRRC, que também será responsável pela produção dos trens.

R\$ 5,6 bilhões

Nesse contexto, o governo federal anunciou novos aportes para viabilizar o projeto. Em agenda realizada em Araraquara (SP), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da instalação da fábrica da CRRC, que produzirá as composições do TIC. Durante o evento, foram confirmados R\$ 5,6 bilhões em investimentos do BNDES para a mobilidade no estado, sendo R\$ 3,2 bilhões destinados ao trem intercity.

Lula destacou a importância das parcerias internacionais para a transferência de tecnologia e geração de



Perspectiva da estação Campinas após reforma da TIC Trens
Reprodução/TIC Trens



Perspectiva da estação Louveira após reforma da TIC Trens
Reprodução/TIC Trens



Perspectiva da estação Vinhedo após reforma da TIC Trens

empregos, mas também aproveitou o discurso para criticar a ausência do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, no evento.

“Lamento que o governador não esteja aqui. Poderia agradecer ou não, mas deveria estar presente. Estamos falando de bilhões em investimentos para São Paulo, para emprego, tecnologia e mobilidade”, afirmou.

O presidente também cobrou reconhecimento pela participação federal em obras no estado e disse que projetos desse porte exigem cooperação institucional. “Não estamos fazendo favor, é obrigação do governo federal, mas é importante que isso seja reconhecido”, declarou.

Durante a fala, Lula ainda afirmou que o país precisa enfrentar a desinformação e disse que o debate político nos próximos anos será marcado pela disputa entre “verda-

de e mentira”. Ele também defendeu programas sociais e destacou que São Paulo concentra grande número de beneficiários de políticas como o Bolsa Família. O evento ocorreu para reforçar investimentos em infraestrutura e mobilidade, áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico.

Do lado estadual, o governador Tarcísio de Freitas havia indicado que as obras do TIC poderiam começar ainda em março, o que coloca os próximos dias como decisivos para o início efetivo do projeto.

Considerado o principal projeto ferroviário em andamento no estado, o Trem Intercidades deve impactar diretamente a mobilidade regional, especialmente para moradores de Campinas e cidades do entorno, que terão uma nova alternativa de deslocamento rápido até a capital paulista.

Médicos do HC são alvo de ação por esquema em bariátricas

Promotoria aponta fluxo paralelo de pacientes que 'furavam fila' para realizar cirurgia pelo SUS

Por Moara Semeghini

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) denunciou dois médicos do Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp, em Campinas (SP), como responsáveis por liderar um esquema irregular para acesso de pacientes a cirurgias bariátricas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Os pacientes beneficiados pelo esquema "furavam" a fila de espera pela cirurgia eletiva no SUS. A medida foi protocolada nesta semana pela Promotoria de Campinas.

Os investigados são o professor Elinton Adami Chaim e o servidor Felipe David Mendonça Chaim, apontados pelo MP como responsáveis por estruturar um fluxo irregular para acesso ao Ambulatório de Obesidade do hospital, com favorecimento a pacientes encaminhados por meio de uma empresa vinculada a um deles.

A ação pede, em caráter liminar, a indisponibilidade de bens no valor de R\$ 1.428.000, montante que, segundo o MP, corresponde a ganhos obtidos de forma ilícita. No mérito, o órgão requer a condenação dos acusados com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), com sanções que incluem perda de bens, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e pagamento de multa.

Fora do sistema oficial

Segundo as investigações, a empresa prestava serviços a municípios da região no atendimento a pacientes com obesidade. Após o acompanhamento clínico, essas pessoas eram encaminhadas diretamente ao ambulatório da Unicamp.

O Ministério Público sustenta que esse acesso ocorria sem passar pela Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (Cross), sistema responsável por organizar e



MP-SP denunciou dois médicos do HC da Unicamp como responsáveis por liderar esquema

distribuir vagas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ainda de acordo com a Promotoria, os médicos, valendo-se das funções que exerciam no hospital público, teriam facilitado o ingresso desses pacientes no serviço, criando um fluxo paralelo de atendimento que priorizava usuários vinculados à empresa.

Para o MP, a prática viola princípios do SUS, como a universalidade e a equidade no acesso, além de gerar vantagem econômica indevida aos envolvidos.

Prefeituras

A investigação também aponta que a empresa mantinha contratos com administrações municipais. Um dos exemplos citados é um acordo com a Prefeitura de Indaiatuba, que previa pagamento mensal de R\$ 11.800 por seis meses, totalizando R\$ 70.800, posteriormente prorrogado.

Um contrato posterior estipulou remuneração de R\$ 12 mil

mensais por 12 meses, somando R\$ 144 mil. Segundo o MP, o favorecimento no acesso ao hospital público teria contribuído para valorizar os serviços oferecidos pela empresa junto aos municípios.

Posição da Unicamp

Em nota, a Unicamp informou que foram instaurados dois Processos Administrativos Disciplinares (PADs), um envolvendo o Prof. Dr. Elinton Adami Chaim e outro o servidor Felipe David Mendonça Chaim.

De acordo com a universidade, ambos os processos foram concluídos. No caso do docente, Elinton Adami Chaim, a decisão foi pela absolvição. Já em relação ao servidor, Felipe David Mendonça Chaim, foi aplicada penalidade de suspensão por 10 dias.

A Universidade ressaltou que os processos administrativos seguiram os trâmites institucionais previstos, com garantia de ampla defesa e do contraditório.

Filas do SUS

A fila para cirurgias no Sistema Único de Saúde (SUS) é organizada por meio do Sistema de Regulação (SIS-REG), que define o acesso dos pacientes com base em critérios clínicos e na ordem de inscrição. Após consulta, o médico responsável solicita o procedimento e insere o caso no sistema, acompanhado de laudos e exames. A prioridade é determinada pela gravidade: situações urgentes, com risco de agravamento ou morte, têm atendimento preferencial. A gestão da fila é feita pelas Secretarias de Saúde, que distribuem as vagas conforme a disponibilidade de leitos, equipes e estrutura hospitalar. Idosos, gestantes, lactantes e pessoas com deficiência têm prioridade legal. Em caso de demora ou dúvidas, o paciente pode recorrer à Ouvidoria do SUS.

Simulado de acidente aéreo em Viracopos testa resposta da Rede Mário Gatti

Fernanda Sunega/Prefeitura de Campinas

Um simulado de acidente aéreo realizado nesta quinta-feira (26) no Aeroporto Internacional de Viracopos, colocou à prova o tempo de resposta e a capacidade de atendimento da Rede Mário Gatti em situações com múltiplas vítimas. A atividade contou com a participação integrada de profissionais do Samu, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, equipe do aeroporto e da Unimed, reforçando a importância da atuação conjunta em cenários de alta complexidade.

O exercício simulou um incêndio em aeronave, com a necessidade de resgate de 19 vítimas com diferentes níveis de gravidade, incluindo casos de politrauma e queimaduras graves. Para a operação, foram mobilizadas cinco ambulâncias, entre unidades de suporte avançado e básico. Após o resgate,

houve o transporte de cinco vítimas e o atendimento delas nos hospitais Mário Gatti, Ouro Verde e Mário Gattinho, além da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) São José, agregando mais indicadores de resposta ao simulado.

"Simulado é sempre muito importante para as nossas equipes porque a gente consegue testar nossos tempos, a nossa capacidade de atendimento e a integração entre as equipes. Então, o simulado traz muito ganho para a gente enquanto equipe. A gente calculou o tempo-resposta real", explicou Vanessa Orrutia, supervisora do Samu. Para Dayane Roversi Cavalante, coordenadora de Resposta à Emergência Aeroportuária de Viracopos, o exercício reforça o compromisso contínuo com a segurança operacional. "Além do



Exercício no aeroporto visa aprimorar a integração

conhecimento técnico adquirido, a atividade promoveu a integração entre as equipes e fortaleceu o relacionamento institucional, fatores essenciais para a prontidão dos recursos internos e externos do

Sistema de Resposta à Emergência Aeroportuária, garantindo atuação coordenada e eficiente em situações críticas, sempre com foco na preservação de vidas", afirmou.

A ação seguiu protocolos espe-

cíficos para incidentes com múltiplas vítimas. Inicialmente, o aeroporto emitiu um alerta preventivo ao Samu, que manteve as equipes em prontidão. Após a confirmação do acidente simulado, as ambulâncias foram deslocadas até o local.

No cenário, foi realizada a triagem das vítimas por meio do método START, que classifica os pacientes por cores conforme a gravidade. Os casos mais graves foram encaminhados por unidades de suporte avançado, enquanto os demais seguiram em ambulâncias de suporte básico. As vítimas leves foram direcionadas à UPA São José, enquanto os casos mais graves foram encaminhados aos hospitais Mário Gatti e Ouro Verde, referências em especialidades como neurocirurgia e ortopedia.

GRANDE CAMPINAS

Secom/PMI



Entrega reforça acesso à saúde bucal em Indaiatuba

Próteses dentárias beneficiam 293 pacientes em Indaiatuba

A Secretaria de Saúde de Indaiatuba realizou, na última semana, a entrega de 178 próteses dentárias a 110 pacientes no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO). A iniciativa integra as ações de ampliação do acesso à saúde bucal no município. Apenas em 2026, já foram distribuídas 454 próteses, beneficiando 293 pessoas. O serviço tem como foco restabelecer a mastigação, a estética e a autoestima dos pacientes atendidos pela rede pública. Em 2025, foram entregues 2.083 próteses, número que representa crescimento superior a 130% nos últimos cinco anos, em comparação às 901 unidades disponibilizadas em 2021. O atendimento é destinado a pacientes encaminhados pelas unidades de saúde, após avaliação.

Motorista é condenado por crime

A sentença foi definida nesta semana, quando o Tribunal do Júri de Valinhos considerou Leo Luiz Ribeiro culpado por um atropelamento ocorrido em 2019. O caso resultou na morte de um idoso durante um ato na ocupação Marielle Vive. Classificado como homicídio culposo, o crime teve pena de 2 anos e 11 meses, convertida em medidas como serviços comunitários, multa e suspensão da CNH. O episódio também deixou feridos.

Prefeitura de Jaguariúna



Serviço amplia cuidado a pets não convencionais

Atendimentos a pets crescem 148%

Jaguariúna oferece atendimento veterinário gratuito para pets não convencionais, como roedores, aves, répteis e coelhos. O serviço ocorre às quartas-feiras, mediante agendamento, com especialista na área. A iniciativa acompanha o crescimento do setor: em 2026, já são 509 prontuários, alta de 148% em relação ao ano anterior. Desde 2025, foram 2.695 novos registros. O avanço reflete investimentos em estrutura, equipe, tecnologia e ampliação dos serviços, garantindo mais qualidade, organização e segurança no atendimento aos animais.

Loteamento é regularizado após 28 anos

Valinhos, por meio do programa "Reurb-E" que visa o direito à moradia legal, realizou a entrega da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para 29 famílias do loteamento Sítio Ponte Alta, encerrando uma espera de 28 anos. A ação que aconteceu nesta semana garante segurança jurídica em uma área já integrada à cidade, com infraestrutura completa e acesso a serviços públicos.

Controle da fauna

O Aeroporto de Viracopos iniciou em 2026 encontros do comitê que atua na redução de riscos com animais nas operações aéreas. A ação abrange um raio de 20 quilômetros a partir do aeródromo, envolvendo 11 municípios da região, e reforça a atuação conjunta no controle de fatores que atraem fauna.

Dia D contra gripe

Cidades da RMC realizam neste sábado (28) o Dia D de vacinação contra a gripe (Influenza). A ação busca ampliar a cobertura entre grupos prioritários, como crianças, idosos, gestantes e profissionais. É necessário apresentar documento e carteirinha. A imunização reduz complicações, internações e mortes.

UPA completa 3 anos

A UPA São José, em Americana, completou nesta semana, três anos com mais de 253 mil atendimentos. A unidade funciona 24h e é referência em urgência e emergência, ampliando o acesso à saúde. No período, também foram feitos milhares de exames, com índice de aprovação de 89% entre os usuários.

Caminhada em SBO

Santa Bárbara d'Oeste realiza neste sábado (28) a caminhada de encerramento do SBO Por Elas. Com percurso de 3 km entre o Santa Bárbara Mall e o Parque dos Ipês, o evento reúne atividades, serviços gratuitos e ações voltadas às mulheres. A concentração começa às 7h30, com camisetas limitadas mediante doação de leite.

Gestão empresarial

Empreendedores de Sumaré poderão participar, no dia 9 de abril, de uma palestra gratuita sobre formação de preços e estratégia empresarial, no auditório da ACIAS. A ação, em parceria com o Sebrae, abordará como precificar corretamente e ampliar lucros. As inscrições vão até 2 de abril.

Arte na Estação

Indaiatuba promove neste domingo (29) o evento Arte na Estação, no Museu Ferroviário, com entrada gratuita. A programação reúne música, feira de artesanato, literatura e atividades para toda a família. Destaque para oficinas criativas, contação de histórias e tour guiado, valorizando o acesso à cultura.



Município contou com treinamento para uso do novo sistema

Empresas poderão ser abertas em até 3 minutos

Sistema digital em Vinhedo reduz burocracia e integra os processos

Da Redação

A Prefeitura de Vinhedo realizou, nesta quarta-feira (25), um treinamento voltado a contadores e profissionais da área contábil para apresentar o novo sistema de coleta complementar integrado ao VRE/REDESIM. A principal novidade é que, com a ferramenta, a abertura de empresas pode ser concluída em até três minutos, tornando o processo mais ágil e eficiente.

O encontro ocorreu no Centro de Convivência e detalhou o novo fluxo adotado no município, além de esclarecer dúvidas dos participantes sobre a utilização da plataforma digital.

A iniciativa integra as ações de modernização administrativa e simplificação de procedimentos, com foco na melhoria do ambiente de negócios. Com a implantação do sistema, a inscrição municipal passa a ser realizada de forma automatizada e integrada, eliminando etapas manuais e reduzindo de forma significativa o tempo necessário para a formalização de novos empreendimentos.

Processo digital

Durante a capacitação, foi demonstrado que, após a etapa de viabilidade locacional e a emissão do CNPJ, a inscrição municipal é concluída dentro do mesmo ambiente digital, sem necessidade de processos

paralelos ou deslocamentos. A automatização garante mais rapidez, reduz falhas operacionais e aumenta a transparência das etapas, beneficiando tanto os profissionais da área contábil quanto os empreendedores.

O treinamento reuniu especialistas que atuam diretamente na abertura, alteração e regularização de empresas, promovendo atualização técnica e maior integração entre o poder público e os usuários do sistema. A ação reforça a importância da adaptação às novas tecnologias e à digitalização dos serviços públicos.

Impacto econômico

Com a adoção da plataforma, Vinhedo avança na digitalização e na racionalização dos processos administrativos. A desburocratização é considerada um fator essencial para estimular o empreendedorismo, reduzir custos e ampliar a competitividade do município.

Ambientes com menor carga burocrática tendem a atrair investimentos, incentivar a formalização e impulsionar a geração de emprego e renda. Ao facilitar a abertura de empresas, o município cria condições mais favoráveis ao crescimento econômico.

A expectativa é que a medida fortaleça o ambiente de negócios local, aumente a confiança dos empreendedores e contribua para o desenvolvimento sustentável nos próximos anos.

Páscoa movimentada mais de 4 mil empresas na região

Proximidade da data impulsiona a produção e venda no comércio

A proximidade da Páscoa já mobiliza os pequenos negócios do setor de confeitaria e derivados de cacau nas cidades da região de Campinas. Ao todo, são 4.014 empreendimentos ligados à produção de itens de confeitaria e chocolates, que intensificam o planejamento para aproveitar o período e impulsionar o faturamento. Considerada uma das datas mais relevantes para o segmento, a ocasião não só fortalece as vendas de chocolates e doces temáticos, como também impacta outras áreas do comércio.

Desse total, 3.082 são microempreendedores individuais (MEIs), 811 microempresas (MEs) e 121 empresas de pequeno porte (EPPs). Campinas lidera em número de negócios, com mais de 1.700 empreendedores, seguida por Hortolândia (439), Sumaré (436), Indaiatuba (334) e Valinhos (213), evidenciando a força do setor.

Estratégias

Para a consultora de negócios do Sebrae-SP, Aline Casalecchi, o momento exige estratégia e organização. “Datas comemorativas como a Páscoa são grandes oportunidades para os pequenos negócios aumentarem o faturamento, mas também para fortalecer a marca. O empreendedor pode inovar em sabores, formatos e apresentações, mas precisa planejar bem a produção e a divulgação”, afirma.



Freepik

Empreendedores da região apostam na Páscoa para ampliar faturamento e atrair clientes

A especialista reforça que o controle da produção é um fator determinante para o sucesso das vendas. “Atualmente, o empreendedor está o tempo todo se reinventando e nas datas comemorativas não deve ser diferente. Mas é importante vender aquilo que a empresa tem capacidade de produzir. Prometer e não entregar ou diminuir a qualidade por causa da pressa são pontos de atenção, porque o objetivo é fidelizar o consumidor. Quanto mais qualidade você entrega, maiores são as chances de indicar o seu trabalho e voltar a comprar”, explica.

Um exemplo prático dessa preparação é a fundadora de uma

confeitaria, localizada em Campinas. Marcela Martins, destaca que a data demanda organização antecipada e criatividade. “É um dos períodos mais importantes do ano para quem trabalha com confeitaria”, relata.

Ela complementa, “a preparação começa com bastante antecedência, com testes de receitas, definição de cardápio e organização da produção. É uma fase intensa, mas muito especial, porque sabemos que nossos produtos vão fazer parte de momentos de celebração e de presente entre as pessoas”.

Além do setor alimentício, outros ramos também se benefi-

ciam da movimentação. É o caso de uma loja de artigos decorativos de Paulínia, que atua há mais de 26 anos no mercado.

Oportunidade

Segundo o proprietário João Tasse, a data é uma oportunidade estratégica para diversificar a oferta e atrair consumidores. “Precisamos aproveitar as temáticas e surfar nessa onda para conquistar novos clientes”, afirma.

O empresário incentiva empreendedores a se planejarem, para que ainda aproveitem a Páscoa e as próximas oportunidades, como o Dia das Mães, festa junina e a Copa do Mundo.

Sumaré cria programa de incentivo à pesquisa

A Câmara Municipal de Sumaré aprovou, durante a sessão ordinária realizada na última terça-feira (24), um projeto de lei que cria o Programa Municipal de Incentivo à Pesquisa Biomédica e Inovação em Saúde, denominado “Cientista Tatiana Sampaio”. A proposta é de autoria do vereador Alan Leal (PRD) e recebeu 19 votos favoráveis em plenário.

Inovação biomédica

A iniciativa tem como principal objetivo estimular o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas voltadas à área da saúde, com foco em novas terapias, medicamentos e métodos de diagnóstico. Entre as diretrizes previstas estão o incentivo a estudos em biotecnologia e medicina regenerativa dentro do município, além da promoção de parcerias entre o poder público, universidades e a iniciativa privada.

O programa também busca fortalecer a permanência de pesquisadores na cidade e na região, criando um ambiente mais favorável à produção científica local. Outro ponto destacado é a ampliação da divulgação científica, especialmente para estudantes da rede pública municipal, aproximando o conhecimento acadêmico da população.

O texto aprovado ainda prevê a possibilidade de criação do “Prêmio Sumaré de Inovação Biomédica Tatiana Sampaio”, que poderá ser concedido anualmente a profissionais ou grupos que apresentem soluções com potencial de aplicação no Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, o Executivo fica autorizado a estruturar editais de incentivo e firmar parcerias público-privadas para implantação de laboratórios e centros especializados.

Reconhecimento

Na justificativa do projeto, o autor destaca que a proposta foi inspirada na trajetória da pesquisadora Tatiana Sampaio, reconhecida por estudos na área biomédica.

Segundo ele, a iniciativa representa não apenas uma homenagem, mas também um posicionamento estratégico do município ao valorizar a ciência como ferramenta de desenvolvimento econômico e promoção da qualidade de vida.

Santa Bárbara d’Este quer instituir projeto para taxar a coleta de lixo

Nos próximos dias, a Prefeitura de Santa Bárbara d’Oeste deve reenviar à Câmara Municipal o projeto que institui a cobrança pela coleta de lixo. A medida atende a uma recomendação do Ministério Público do Estado de São Paulo, que aponta a necessidade de garantir recursos para a manutenção do serviço.

Orientação do GAEMA

A orientação foi formalizada pela promotora Alexandra Faciolli Martins, integrante do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA). Em ofício encaminhado ao prefeito Rafael Piovezan e ao presidente do Legislativo, Júlio César Santos da Silva, o órgão reforça que a legislação federal exige que os municípios cobrem pelo ma-



Freepik

Cobrança é exigida para garantir custeio do serviço

nejo de resíduos sólidos.

De acordo com o Ministério Público, a ausência dessa taxa pode ser interpretada como renúncia de receita, prática vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, o não cum-

primento da regra pode comprometer o equilíbrio financeiro da gestão dos resíduos e dificultar o acesso da cidade a verbas federais.

O município terá um prazo de 60 dias para apresentar as medidas adotadas. Atualmente,

a administração municipal mantém diálogo com a ARES-PCJ para definir o formato da cobrança e os valores que poderão ser aplicados à população.

Outro ponto destacado pelo órgão é o papel dos vereadores na tramitação do projeto. Caso a proposta volte a ser rejeitada, a Câmara deverá indicar alternativas viáveis de financiamento para o serviço.

A discussão sobre o tema não é inédita. Em 2021, um projeto semelhante foi enviado ao Legislativo, propondo a criação da Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos (TMRS), com cobrança atrelada ao IPTU. Na ocasião, a proposta foi rejeitada, sob o argumento de possível bitributação, já que os moradores já contribuem com outros impostos municipais.

CORREIO DAS REGIÕES

Divulgação/PM



Ação ocorreu após denúncia anônima sobre o imóvel

PM apreende 15 mil garrafas de cerveja falsificada

A Polícia Militar apreendeu cerca de 15 mil garrafas de cerveja falsificada, distribuídas em 600 engradados, na tarde de quarta-feira (25), em um barracão no bairro Verde, em Piracicaba. De acordo com a PM, cinco pessoas foram presas em flagrante e os envolvidos disseram que recebiam pagamento pelo manuseio das caixas. No local, também foram encontrados rótulos, tampas, equipamentos usados na adulteração, um carro, quatro celulares e um gerador. A ação ocorreu após denúncia anônima sobre o uso do imóvel para falsificação. Durante a operação, os suspeitos tentaram fugir pelos telhados, mas foram detidos. Eles foram levados ao Plantão Policial e ficaram à disposição da Justiça.

Cinema movido a energia solar

O Varejão do Mário Dedini, em Piracicaba, recebe, neste domingo (29) às 18h30, a 7ª edição do CineSolar, primeiro cinema itinerante do Brasil alimentado por energia solar. O projeto utiliza um furgão com placas fotovoltaicas para realizar exibições gratuitas de cinema movidas a energia solar. A programação inclui curtas, pipoca e acessibilidade. Além dos filmes, o público confere de perto como a luz do sol vira eletricidade em uma estrutura sustentável.

Divulgação/Prefeitura de Sorocaba



Nino supera expectativa de vida da espécie

Onça-parda do zoo de Sorocaba

Nino, a onça-parda do Zoológico de Sorocaba, foi transferido na última sexta (20) para o Cempas/Unesp Botucatu. Aos 14 anos, superando a expectativa de vida da espécie, o felino enfrenta artrose e insuficiência renal crônica. O manejo visa garantir bem-estar e exames complexos para tratar essas doenças degenerativas incuráveis. No Cempas, instituição parceira do "Quinzinho de Barros" especializada em animais selvagens, Nino continuará recebendo os cuidados dedicados que já recebia da equipe técnica para manter sua qualidade de vida e segurança.

Criação de abelhas sem ferrão

O Jardim Botânico sedia, de 14 a 17 de abril, o curso gratuito de Meliponicultura. Com foco em abelhas sem ferrão, a capacitação aborda desde biologia e manejo até legislação e produtos como mel e própolis. Inscrições abrem às 9h de 1º de abril para vagas limitadas. Ideal para iniciantes, une teoria e prática sobre conservação e geração de renda.

Implanon

Araras capacita médicos nesta sexta (27) para a inserção do Implanon, implante contraceptivo gratuito do SUS. A formação no Centro de Saúde da Mulher inclui teoria e prática. Com 457 unidades recebidas, a cidade abrirá fila de espera nos postos de saúde para o método de longa duração e altamente eficaz.

Periculosidade

Tramita na Câmara de Araras o PLC 4/2026, que busca manter o adicional de periculosidade dos GCMs. A proposta ajusta leis municipais para evitar questionamentos do Ministério Público e condiciona o benefício à avaliação técnica. O tema ainda será debatido em audiência pública.

Doação de sangue

Capivari e Hemocentro da Unicamp realizaram a 1ª Campanha de Doação de Sangue de 2026, arrecadando 149 bolsas — potencial para salvar 596 vidas. A ação na escola José Benedito teve 180 voluntários e 28 cadastros de medula óssea. O evento garantiu bem-estar e nutrição aos doadores.

CEU das Artes

A Prefeitura de Bauru autorizou a reforma do CEU das Artes com investimento de R\$ 2,1 milhões. A obra, financiada por recursos próprios e emenda parlamentar, visa revitalizar a estrutura para oferecer mais segurança e conforto aos usuários. O espaço é um polo vital de cultura e esporte, promovendo a integração social na cidade.

Segurança escolar

O vereador Ítalo Moreira (União) propôs reconhecimento facial nas escolas municipais de Sorocaba para elevar a segurança e modernizar a gestão. A indicação foca no controle de acesso em tempo real e na chamada automática. O estudo deve respeitar a privacidade e a Lei Geral de Proteção de Dados dos alunos.

Interesse turístico

Sorocaba agora faz parte da Associação das Prefeituras dos Municípios de Interesse Turístico do Estado de São Paulo (Amitiesp). O anúncio representa mais um avanço após a conquista do título de Município de Interesse Turístico (MIT), reforçando o compromisso com o fortalecimento do setor.



Selo está sendo aplicado em Itapetininga e Birigui

Hospitais recebem certificação internacional

Franca e Cruzeiro integram lista de prédios sustentáveis

Da Redação

Sustentabilidade

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) alcançou um marco significativo na gestão pública ao obter a certificação internacional AQUA-HQE para cinco de seus hospitais. Esse selo, reconhecido globalmente, atesta que as unidades adotam práticas de alta qualidade ambiental e sustentabilidade, desde a concepção do projeto até a execução final das obras.

Entre os novos certificados estão o Hospital Estadual Três Colinas, em Franca, que finaliza a montagem de equipes e equipamentos, e o Hospital Regional Circuito da Fé, em Cruzeiro, entregue à população em fevereiro deste ano.

Padrão internacional

O selo AQUA-HQE é a versão brasileira do referencial francês HQE, aplicado no país pela Fundação Vanzolini com o suporte técnico da Universidade de São Paulo (USP). A certificação não foca apenas na estrutura física, mas em uma abordagem holística que contempla 13 itens rigorosos, incluindo eficiência energética, racionalização do uso da água, gestão de resíduos e qualidade do ar.

Unidades como os Hospitais Regional de Registro e o Regional do Litoral Norte já ostentam esse reconhecimento, elevando o padrão de humanização e eficiência operacional do SUS paulista.

Segundo a diretoria do Grupo Técnico de Edificações da SES, a auditoria contínua imposta pela certificação assegura que os hospitais operem com menor impacto ambiental e custos reduzidos. Isso significa que, além de preservar recursos naturais, as unidades oferecem ambientes mais saudáveis para a recuperação de pacientes e para o cotidiano dos profissionais de saúde.

A iniciativa está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, reforçando o compromisso do Estado com uma infraestrutura resiliente e responsável, capaz de unir tecnologia de ponta à preservação do ecossistema local.

O compromisso com as edificações sustentáveis continua avançando no interior de São Paulo. Atualmente, o selo está sendo aplicado em dois novos centros médicos que seguem em fase de obras: o Hospital Regional do Alto Paranapanema, em Itapetininga, e o Hospital Regional Alto Noroeste, em Birigui.

Essa expansão consolida uma nova era para a saúde pública estadual, onde o cuidado com a vida caminha lado a lado com a gestão eficiente dos recursos públicos e a valorização do patrimônio da sociedade paulista, garantindo serviços de excelência por décadas.

Lula participa da inauguração das novas áreas do Hospital da UFSCar

Investimento foi de R\$ 25,6 mi (Novo PAC), R\$ 5,8 mi (HUBrasil) e R\$ 2,5 mi (emendas)

Reprodução/Redes sociais

A visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a São Carlos, na quarta-feira (25), marcou a inauguração das novas áreas do Hospital Universitário da Universidade Federal de São Carlos (HU-UFSCar). A ampliação integra a rede federal de ensino e assistência do SUS e foi viabilizada com investimentos de R\$ 25,6 milhões do Novo PAC, além de R\$ 5,8 milhões da HUBrasil e R\$ 2,5 milhões por emenda parlamentar.

Durante a cerimônia, o presidente Lula destacou a importância dos recursos destinados à área social e defendeu uma mudança de perspectiva em relação aos investimentos públicos. “Investir em universidade, investir na saúde, investir em educação, não pode estar na rubrica de gasto, tem que estar na rubrica de investimento, é investimento precioso”, afirmou.

Formação e ensino

Lula abordou a formação de profissionais da saúde, enfatizando a necessidade do ensino presencial nos cursos de medicina.

A professora da UFSCar, Carla Polido, também destacou o impacto da ampliação do hospital na formação médica. “Fazer a maternidade em São Carlos, pensando nos preceitos da humanização, da assistência integral a todas as pessoas gestantes, a todos os bebês, é um sonho meu de muitos anos.



Hospital passa a contar com 135 leitos, beneficiando a região que abrange seis municípios

Esse hospital vai ser completo, terá a formação do médico para o SUS, o médico cidadão. Nós vamos estar formando profissionais com esse viés maravilhoso do humanismo”, afirmou.

Ampliação

Entre as novas estruturas entregues está o setor de hemodiálise, com capacidade para 24 posições, sendo 12 nesta etapa inicial e outras 12 na fase seguinte. O serviço poderá atender até 144 pessoas em tratamento, além de 50 pacientes em diálise peritoneal

e 1.040 consultas ambulatoriais.

Também foram inaugurados 32 novos leitos de Clínica Médica e Cirúrgica, 10 leitos de UTI, 10 leitos do Hospital Dia e duas salas cirúrgicas. Com isso, será possível realizar até 40 cirurgias de grande porte por mês.

Ao todo, o hospital passa a contar com 135 leitos, ampliando a capacidade de atendimento para uma região que abrange seis municípios e cerca de 400 mil habitantes.

Durante o evento, o governo federal assinou o quarto termo

aditivo do Programa Nacional de Qualificação e Ampliação dos Serviços Prestados por Hospitais Universitários Federais (PRHO-SUS), garantindo R\$ 1,4 bilhão para o fortalecimento da rede. Desse total, R\$ 1,3 bilhão serão destinados à ampliação da oferta assistencial e R\$ 100 milhões a ações de estruturação, sendo R\$ 3,8 milhões para a UFSCar.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, destacou os impactos do investimento. “São R\$ 1,4 bilhão a mais de recursos do Ministério da Saúde para este

ano. Isso significa mais cirurgias, mais exames, mais estrutura, mais cuidado, recurso para ampliar a contratação de profissionais, manter os profissionais que têm a formação profissional, poder dar estrutura para ampliação de residência. Com as novas estruturas que a gente está inaugurando hoje, aqui vai poder ter programa de residência. E isso é 96% a mais do que era investido pelo governo anterior nos hospitais universitários”, assinalou.

Já o ministro da Educação, Camilo Santana, citou outros investimentos. “O governo está investindo no Novo PAC R\$ 5,8 bilhões só nas universidades. E R\$ 1,75 bilhão só nos 45 hospitais universitários em todo o Brasil. São 58 obras importantes em todos os hospitais universitários, como essa que o presidente está entregando. E o presidente está construindo 13 novos hospitais. Vamos chegar a 60 hospitais universitários ao final desse governo”, afirmou.

Nova marca

No evento, também foi apresentada a nova marca da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, a Ebserh, que passa a se chamar HUBrasil. A mudança, segundo o governo, busca facilitar a comunicação com a população. “A gente tem que mudar esse nome. Ebserh? Parece um nome holandês, uma coisa grega”, disse Lula.

Bauru registra o maior índice de chuva no estado de SP

Reprodução/Redes sociais

A cidade de Bauru enfrentou um cenário crítico após o temporal de quarta-feira (25). Com 65 mm de chuva em 24 horas — o maior índice de SP no período — a cidade registrou alagamentos severos e destruição do asfalto.

A Avenida Nações Unidas, ponto crônico de inundações, sofreu graves danos, resultando em interdições totais entre as ruas Júlio Prestes e Primeiro de Agosto. Equipes da Secretaria de Obras trabalham na remoção de placas asfálticas arrancadas, com previsão de recuperação total da via apenas para a próxima semana.

O impacto foi alarmante: moradores resgataram duas mulheres presas em um carro submerso na quadra 17, enquanto um homem foi salvo após ser arrastado próximo à rodoviária.

Instituições públicas também contabilizam prejuízos. No Tea-



Emdurb recomenda evitar o Centro da cidade

tro Municipal, a enxurrada invadiu a biblioteca, destruindo parte do acervo. Na Unesp, o prédio da Pós-Graduação foi atingido, suspendendo atividades para limpeza e avaliação de danos.

A Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de

Bauru (Emdurb) recomenda que motoristas evitem o centro, onde o trânsito segue lento e com bloqueios operacionais até sexta-feira (27), quando deve ocorrer uma liberação emergencial após a higienização das vias. A Defesa Civil segue monitorando os riscos.

Comissão investiga saneamento básico

Na quarta-feira (25), a Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou a convocação de Carlos Augusto Piani, presidente da Sabesp. A medida, fundamentada no requerimento nº 574/2026, do deputado Ricardo Madalena (PL), busca explicações sobre os serviços de saneamento no interior paulista, especialmente em relação a atrasos em obras de esgoto nos bairros Serrinha e Serra Velha, localizados em Paranapanema.

Saúde pública

O deputado Madalena ressaltou que a presença de Piani na Alesp será uma oportunidade para que parlamentares questionem a gestão sobre falhas estruturais em diversas regiões. O colegiado aprovou o requerimento 17/2026, da deputada Ana

Perugini (PT), que exige informações da Arsesp sobre o mau cheiro persistente no entorno da Represa Billings. Outra iniciativa de Perugini aprovada foca na implementação do programa federal “Aqui Tem Especialista” nas regiões metropolitanas, visando dar maior agilidade aos atendimentos realizados pelo SUS.

Títulos

A reunião também marcou o avanço de projetos que conferem títulos honoríficos a cidades paulistas. Piedade passa a ser a “Capital Estadual da Batata Yacon” (PL 591/2022), enquanto Nova Odessa recebe o título de “Paraíso do Verde” (PL 393/2025). Já São José do Rio Preto foi designada como o “Vale do Silício Caipira” (PL 580/2025) e Rinópolis como a “Capital Industrial Avícola” (PL 998/2025).

CORREIO PAULISTA

Rodrigo Romeo/Alesp



Sessão prevê discursos diários sobre temas públicos

Educação domina sessão da Alesp em São Paulo

A Educação foi o principal tema da 33ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizada nesta quinta-feira (26). Deputados comentaram a manifestação de estudantes que ocuparam parte do prédio da Secretaria da Educação, o reajuste salarial de professores e demais profissionais da Pasta e a situação de uma escola indígena na zona norte da capital. Também foram abordados a reunião da Frente Parlamentar sobre cannabis medicinal e cânhamo industrial, a inclusão de policiais penais em projeto de aumento e o uso de reconhecimento facial para capturar foragidos. Participaram Carlos Giannazi e Eduardo Suplicy. O Expediente prevê discursos diários sobre temas públicos.

Inclusão de alunos com TDAH é pauta

Especialistas e parlamentares discutiram desafios da inclusão de alunos com TDAH, dislexia e TOD em escolas paulistas, nesta quarta (25), na Assembleia Legislativa. Deputada Andréa Werner (PSB) destacou a necessidade de adaptações simples e diagnóstico precoce. Psicopedagogos e médicos alertaram sobre impactos acadêmicos e emocionais da falta de atenção às condições, reforçando políticas públicas e formação de professores.

Rodrigo Romeo/Alesp



Aumento do preço do diesel nos postos teve destaque

Plenário discute economia e sociedade

Parlamentares paulistas utilizaram a tribuna do Plenário Juscelino Kubitschek, na quarta-feira (25), para tratar de temas de interesse público durante o Expediente. Entre os assuntos abordados, houve alerta sobre o aumento do preço do diesel nos postos, atribuído a tensões internacionais envolvendo o Irã, além da discussão de um projeto de lei voltado ao enfrentamento do feminicídio. Também foi debatida a estrutura do Hospital Geral de São Mateus e o avanço da terciarização na unidade. Outros destaques incluíram ações sociais promovidas pela Igreja Mundial do Poder de Deus.

SES certifica hospitais sustentáveis

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo obteve certificação AQUA-HQE para cinco hospitais públicos, reconhecendo práticas sustentáveis e qualidade ambiental. Entre eles estão unidades em Franca e Cruzeiro. A iniciativa, iniciada em 2013, inclui outras obras e prevê novos hospitais. O selo atesta eficiência energética, gestão de recursos e melhores condições para atendimento.

Mão na Roda

A gestão estadual lançou o Mão na Roda, pacote de medidas gratuitas para motoristas e motociclistas profissionais. A iniciativa oferece curso e exame de capacitação no trânsito, além da CNH digital sem custo. O programa economiza mais de R\$ 390 por condutor e torna o estado pioneiro no país ao integrar medidas.

Mão na Roda II

O pacote atende trabalhadores que usam o veículo para gerar renda, ampliando qualificação, segurança e proteção social. A medida dialoga com o Plano de Segurança Viária estadual, focando usuários vulneráveis e redução de acidentes. A implementação será gradual, garantindo tempo de adaptação antes de qualquer fiscalização.

Atendimento

O Governo de São Paulo inaugurou o segundo Centro de Cidadania da Pessoa com Deficiência na capital, na entrada do Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, na zona sul. A unidade concentra serviços de orientação sobre direitos e benefícios, apoio jurídico, perícias do IMESC e o Polo de Empregabilidade Inclusiva.

Atendimento II

O centro atende presencialmente por demanda espontânea ou encaminhamento da rede, fortalecendo políticas públicas inclusivas e ampliando autonomia e oportunidades. A primeira unidade foi aberta em junho de 2025, no Centro TEA Paulista, atuando como base de articulação com municípios do Estado de São Paulo.

Valor à ciência

Foram anunciadas as vencedoras do Prêmio Ester Sabino 2026, promovido pelo Governo de São Paulo. As químicas Vanderlan da Silva Bolzani e Caroline Gaglieri foram escolhidas nas categorias Pesquisadora Sênior e Jovem Pesquisadora. A premiação reconhece cientistas com destaque nacional e internacional.

Valor à ciência II

As vencedoras também se destacam pelo incentivo à participação feminina na ciência e por pesquisas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. A cerimônia de premiação será realizada na próxima terça-feira (31), às 9h, no Hub Green Sampa, em Pinheiros. O prêmio busca valorizar trajetórias acadêmicas.



O texto segue para sanção do governador Tarcísio de Freitas

Assembleia aprova plano de carreira da Polícia Civil

Promoções serão por mérito, tempo e qualificação profissional

Da Redação

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou, em sessão extraordinária realizada na última quarta-feira (25), o Projeto de Lei 228/2026, que institui um novo plano de carreira para os integrantes da Polícia Civil. A proposta, enviada pelo Executivo, estabelece critérios objetivos de promoção e progressão funcional, com foco em transparência e previsibilidade. O texto segue agora para sanção do governador.

Atualmente dividida em quatro classes, a carreira da Polícia Civil terá evolução funcional baseada em tempo de serviço, avaliação de desempenho, qualificação profissional e histórico disciplinar. Para concorrer à promoção, o policial deverá cumprir interstício mínimo de seis anos na classe, apresentar avaliação satisfatória, concluir curso específico e não ter penalidades disciplinares recentes.

Uma mudança relevante é que as promoções deixarão de depender da existência de vagas na classe imediatamente superior. Segundo o governo estadual, a medida busca eliminar gargalos que dificultavam o avanço na carreira e oferecer previsibilidade ao servidor ao longo da trajetória profissional.

A proposta também estabelece regras para ocupação de cargos de direção, definindo exigência de formação específica, tempo mínimo de experiência e limite de até 12 anos nos cargos, visando ampliar a renovação e o dinamismo na gestão da Polícia

Civil. Durante a sessão, o deputado Delegado Olim (PP) elogiou a iniciativa, afirmando que a medida beneficia policiais que antes não imaginavam alcançar classes superiores. O presidente da Alesp, deputado André do Prado, destacou a aprovação unânime dos projetos, reconhecendo o debate conduzido pela Casa de Leis.

Na mesma sessão, o PL 225/2026 foi aprovado. O projeto inclui policiais técnico-científicos no pagamento de Diárias Especiais por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Civil (Dejec), mantendo limite de dez diárias por mês. Peritos criminais e médicos legistas receberão 9,6 Unidades Fiscais (R\$ 368,83 em 2026) e demais categorias policiais, 8 Ufesp (R\$ 307,36). Segundo o governo, a medida visa beneficiar servidores e ampliar a prestação de serviços à população.

Deputado Reis (PT) apontou que, embora positivo, o projeto não resolve problemas estruturais, como a escassez de efetivo e a abertura irregular de unidades do IML.

Os projetos tramitaram em regime de urgência, com o PL 225/2026 recebendo oito emendas, todas rejeitadas, e o PL 228/2026, 89 emendas, das quais uma foi acatada. Ainda na quarta, a Alesp aprovou o PL 5/2026, do Ministério Público, que institui contraprestação financeira de acordos extrajudiciais e de velamento de fundações privadas, para cobrir custos administrativos internos.

Secretaria da Fazenda de SP é alvo de operação contra fraude tributária

Investigação do MP aponta possível esquema para manipular ressarcimentos de ICMS

Uma operação do Ministério Público de São Paulo investiga um suposto esquema de corrupção envolvendo servidores da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo suspeitos de manipular procedimentos fiscais para favorecer empresas.

Batizada de “Fisco Paralelo”, a ação foi deflagrada pelo Grupo Especial de Repressão a Delitos Econômicos (GEDEC) e cumpriu 22 mandados de busca e apreensão em cidades como São Paulo, Campinas, Vinhedo e São José dos Campos. O objetivo é reunir provas sobre a atuação de uma possível organização criminosa voltada à obtenção irregular de benefícios tributários.

De acordo com as investigações, o esquema envolveria a manipulação de processos relacionados ao ressarcimento de ICMS-ST e à liberação de créditos acumulados de ICMS, mecanismos legais que permitem às empresas recuperar valores pagos a mais em determinadas operações. A suspeita é de que esses procedimentos tenham sido direcionados mediante pagamento de propina a agentes públicos, com a participação de servidores públicos em diferentes níveis da estrutura administrativa.

As diligências foram realizadas em endereços ligados a profissionais que atuam em setores estratégicos da secretaria,



Divulgação MPSP

“Fisco Paralelo” aconteceu nas cidades de São Paulo, Campinas, Vinhedo e São José dos Campos

incluindo delegacias regionais tributárias na capital e na região metropolitana, além de áreas responsáveis pela fiscalização e análise de créditos fiscais. Entre os locais citados estão unidades como as delegacias regionais da Lapa, Butantã, ABCD e Osasco, além da Diretoria de Fiscalização (DIFIS).

Segundo o Ministério Público, há indícios de que o grupo atuava de forma estruturada, com divisão de tarefas e possível participação de intermediários. A investigação também apura a prá-

tica de lavagem de dinheiro, com uso de mecanismos para ocultar a origem dos valores obtidos de forma ilícita.

A operação contou com apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), do CyberGAECO, do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA) e da Polícia Militar. Durante o cumprimento dos mandados, foram apreendidos documentos, equipamentos eletrônicos e mídias digitais que devem subsidiar o avanço das investigações.

O foco da apuração é identificar a extensão do esquema, os valores envolvidos e todos os possíveis beneficiários das irregularidades. O Ministério Público também busca verificar se houve prejuízo aos cofres públicos e eventual impacto na arrecadação estadual.

Casos desse tipo acendem alerta sobre a vulnerabilidade de sistemas de controle em áreas sensíveis da administração tributária, especialmente em processos que envolvem a concessão de benefícios fiscais e a liberação de

créditos. Especialistas apontam que fraudes nesses mecanismos podem gerar prejuízos significativos ao erário, além de comprometer a isonomia concorrencial entre empresas.

O caso também chama atenção para a complexidade dos mecanismos tributários envolvidos, como o ICMS-ST e os créditos acumulados, que exigem análise técnica detalhada e controle rigoroso por parte do poder público. Para investigadores, eventuais falhas ou manipulações nesses processos podem abrir brechas para fraudes sofisticadas, dificultando a detecção imediata e ampliando os prejuízos. O avanço das investigações poderá indicar a necessidade de revisão de procedimentos internos e reforço nos mecanismos de auditoria.

A apuração segue em andamento e não há confirmação sobre oferecimento de denúncia ou afastamento de servidores. O material apreendido será analisado para aprofundar a investigação e esclarecer o funcionamento do suposto esquema.

Em nota, o governo de São Paulo informou que a operação contou com a atuação integrada de órgãos estaduais e ressaltou que a gestão não compactua com irregularidades. Segundo o comunicado, eventuais desvios de conduta serão apurados com rigor, com adoção das medidas administrativas e legais cabíveis.

Poupatempo vence Prêmio iBest 2025 em duas categorias

Governo de São Paulo/Divulgação

O Poupatempo foi eleito o melhor serviço digital do Brasil na categoria Governo Estadual no Prêmio iBest 2025, com vitória tanto na avaliação da Academia quanto no voto popular.

Gerido pela Prodesp, vinculada à Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), o programa integra a estratégia do Governo de São Paulo para ampliar o acesso a serviços públicos por meio da marca SP.GOV.BR, com foco em simplicidade, agilidade e segurança.

Hoje, o Poupatempo reúne mais de 4,2 mil serviços, entre opções presenciais e digitais. A rede conta com 244 postos físicos e cerca de 900 totens de autoatendimento distribuídos em 645 municípios do Estado, ampliando o alcance e facilitando o atendimento à população.

A cerimônia de premiação



Programa integra a estratégia para ampliar o acesso a serviços

foi realizada na capital paulista e contou com a presença do presidente da Prodesp, Gileno Barreto, dos diretores Thiago Waltz (Relacionamento), Carlos Netto Vaz (Serviços) e Rafael Soto (Desenvolvimento), além do subsecretário de Governo Digital, João

Rodrigues.

Considerado o principal reconhecimento do universo digital brasileiro, o iBest destaca iniciativas que se sobressaem em inovação, usabilidade e impacto, com base na avaliação de especialistas e na escolha do público.

360 mil alfabetizados na idade certa em SP

São Paulo atingiu a meta nacional de alfabetização ao registrar 61% dos alunos do 2º ano leitores em 2025, segundo dados do Ministério da Educação. O índice representa cerca de 360 mil crianças alfabetizadas e coloca o estado como o maior em número absoluto de estudantes leitores no país. Com o resultado, São Paulo segue na rota para conquistar, em 2027, o selo ouro do programa Criança Alfabetizada.

O desempenho supera o registrado em 2024, quando o estado alcançou 58% e já havia ultrapassado a meta estabelecida. Na ocasião, a rede estadual recebeu o selo ouro da premiação, entregue pelo MEC nesta semana. A iniciativa busca ampliar o percentual de crianças alfabetizadas na idade certa.

O avanço é atribuído, segundo o governo estadual, ao

investimento na área. Em 2025, foram destinados R\$ 500 milhões para ações de alfabetização, ante os R\$ 300 milhões aplicados no ano anterior.

A estratégia é conduzida pelo programa Alfabetiza Juntos SP, que articula ações com municípios e oferece suporte a escolas por meio de formação de professores, materiais pedagógicos e plataformas educacionais. A iniciativa está presente em cidades paulistas e busca ampliar o percentual de crianças alfabetizadas na idade certa.

O programa também recebeu reconhecimento internacional ao ser validado pela Unesco, que destacou a metodologia adotada como contribuição para o avanço da educação e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

MPSP abre inquérito para investigar fala de deputada na Alesp

Deputada Fabiana Bolsonaro será investigada por discurso com “blackface” na tribuna

O Ministério Público de São Paulo abriu um inquérito civil para apurar a conduta da deputada estadual Fabiana Bolsonaro por possível prática de racismo, transfobia e misoginia durante discurso na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

A investigação tem como base uma manifestação feita em 17 de março de 2026, quando a parlamentar utilizou a tribuna da Casa para criticar a nomeação da deputada federal Erika Hilton à presidência da Comissão de Defesa da Mulher da Câmara dos Deputados.

Segundo a portaria de instauração, a deputada utilizou o recurso conhecido como “blackface”, ao pintar partes do corpo de preto durante a fala, além de questionar a legitimidade de uma mulher trans ocupar o cargo. No documento, o Ministério Público destaca que a prática é historicamente associada à ridicularização da população negra e à reprodu-

ção de estereótipos racistas.

A Promotoria de Justiça de Direitos Humanos avalia que, em tese, a conduta pode configurar violação à dignidade humana e a direitos fundamentais, com potencial para gerar dano moral coletivo. Esse tipo de dano ocorre quando uma prática atinge valores compartilhados por um grupo ou pela sociedade, ultrapassando a esfera individual.

Além da possível prática de racismo, o MP aponta que a fala pode ser enquadrada como misógina, ao associar a condição de mulher exclusivamente a aspectos biológicos e reprodutivos, e também como transfóbica, ao questionar a legitimidade de mulheres trans em espaços institucionais de representação.

No texto, o órgão ressalta que a liberdade de expressão, embora garantida pela Constituição Federal, não é absoluta e deve ser exercida dentro de limites legais, especialmente quando há indí-



Apuração cita indícios de racismo, transfobia e misoginia e aponta possível dano moral coletivo

cios de discurso de ódio ou violação de direitos fundamentais.

A instauração do inquérito ocorre após o recebimento de representações que apontaram possível violação de direitos humanos. Como parte das diligências iniciais, o Ministério Público solicitou à Alesp o envio da íntegra da gravação do discurso, além de informações sobre eventual procedimento interno aberto pela Casa para apurar o caso.

Também foi determinado o envio de ofício à parlamentar, para que apresente esclarecimentos no prazo de 15 dias. A deputada federal Erika Hilton foi convidada a prestar depoimento no âmbito da investigação, marcada para abril, enquanto Fabiana Bolsonaro deverá ser ouvida em maio.

O caso ganhou repercussão após a fala na tribuna da Alesp, em que a deputada criticou a escolha de Erika Hilton para a presidência da comissão. Durante o

discurso, além do uso do blackface, a parlamentar afirmou que uma mulher trans não teria “lugar de fala” para tratar de temas relacionados às mulheres, como gravidez, amamentação e menopausa.

A nomeação de Erika Hilton para o comando da Comissão de Defesa da Mulher foi anunciada no início de março e marcou a primeira vez que uma mulher trans assumiu a presidência do colegiado na Câmara dos Deputados. A escolha foi celebrada por movimentos sociais e parlamentares aliados, mas também gerou críticas de setores conservadores.

Especialistas em direitos humanos apontam que práticas como o blackface são amplamente reconhecidas como racistas por seu histórico ligado à escravidão e à representação caricata de pessoas negras, especialmente em contextos de entretenimento nos Estados Unidos do século XIX. No Brasil, manifestações desse

tipo também têm sido alvo de condenação judicial e de atuação de órgãos de controle.

Segundo o Ministério Público, o objetivo do inquérito civil é apurar a responsabilidade da deputada e avaliar a adoção de medidas cabíveis, que podem incluir a propositura de ação civil pública para reparação de danos coletivos.

Até a última atualização desta reportagem, a defesa da parlamentar não havia se manifestado sobre a instauração do inquérito.

A abertura do inquérito também ocorre em um contexto de aumento no monitoramento de discursos públicos por parte de órgãos de controle, especialmente quando envolvem representantes eleitos. Para o Ministério Público, manifestações feitas em espaços institucionais exigem maior responsabilidade, já que têm potencial de alcançar um público amplo e influenciar o debate público.

Sabesp vai alertar por mensagem sobre aumento no consumo e vazamento de água

Divulgação/Governo de SP

Cientes da Sabesp em São Paulo passarão a receber alertas automáticos sempre que o consumo de água ultrapassar em 30% a média habitual. A notificação será enviada por WhatsApp e também indicada na fatura mensal, como forma de sinalizar possíveis vazamentos dentro do imóvel.

A medida busca ajudar o consumidor a identificar rapidamente alterações no padrão de uso que possam indicar problemas nas instalações internas — principal causa de aumento inesperado na conta. Entre as situações mais comuns estão vazamentos em descargas, fissuras em caixas-d'água e rompimentos em tubulações embutidas, que nem sempre são perceptíveis no dia a dia, mas podem gerar desperdício

contínuo.

Como a manutenção dessas estruturas é de responsabilidade do morador, a identificação precoce pode evitar desperdício de água e reduzir impactos financeiros. Segundo a companhia, o sistema utiliza inteligência artificial para monitorar o consumo e emitir alertas sempre que há variações fora do padrão registrado para o imóvel.

Além da notificação, os clientes terão acesso a suporte remoto para auxiliar na verificação do problema. Por meio de videochamada, técnicos orientam sobre como identificar possíveis vazamentos e quais medidas podem ser adotadas para corrigir a situação. A empresa também disponibiliza, em seus canais digitais, conteúdos com instruções para



Outra novidade é videochamada com atendente especializado

a realização de testes simples no hidrômetro, na caixa-d'água e no vaso sanitário.

Para receber os avisos pelo WhatsApp, é necessário manter os dados cadastrais atualizados.

A atualização pode ser feita pelo telefone oficial da Sabesp, aplicativo ou agência virtual da companhia. Caso o número não esteja vinculado ao cadastro, o cliente pode não receber as notificações.

De acordo com a empresa, a iniciativa integra uma estratégia mais ampla de monitoramento do consumo, com foco no uso consciente da água e na redução de perdas dentro dos imóveis. A expectativa é que o sistema contribua para evitar surpresas na fatura e amplie a capacidade de resposta dos consumidores diante de alterações no consumo.

A Sabesp também orienta que, ao identificar aumento fora do padrão, o consumidor verifique possíveis sinais de vazamento, como manchas de umidade, ruídos na tubulação ou movimentação do hidrômetro mesmo com todos os registros fechados. Caso não identifique a causa, a recomendação é buscar um profissional especializado para avaliação detalhada.

CORREIO PAULISTANO

Divulgação/Prefeitura de SP



Hospita registra cerca de 35,5 mil atendimentos por mês

TCM cobra melhorias no Hospital do Servidor municipal

O Tribunal de Contas do Município determinou que a gestão municipal adote medidas para corrigir problemas identificados no Hospital do Servidor Público Municipal, após apontar falhas relacionadas à estrutura e à disponibilidade de profissionais em áreas específicas. A decisão foi tomada em novembro de 2025 e mantida no último dia 11, quando o recurso apresentado pela administração foi rejeitado pelos conselheiros. A apuração teve origem em uma denúncia encaminhada por um vereador à Corte de Contas. Durante inspeção, técnicos identificaram a existência de leitos de enfermagem, salas cirúrgicas e um consultório de cardiologia sem funcionamento, em razão da necessidade de reparos e adequações.

Órgão aponta falhas estruturais

Em resposta, a administração municipal informou que realizou investimentos desde 2021 para modernização e melhoria da unidade. Segundo a gestão, foram destinados cerca de R\$ 50 milhões para intervenções no hospital, sendo R\$ 32,5 milhões voltados à compra de equipamentos e mobiliário e aproximadamente R\$ 20 milhões aplicados em reformas e ampliação de prontos-socorros.

Divulgação/Prefeitura de SP



Unidade realiza, em média, 650 internações por mês

Processos para contratações

A prefeitura de SP também diz que as questões apontadas em fiscalizações anteriores foram resolvidas e afirma ter reforçado o quadro de profissionais em diversas especialidades, como clínica médica, pediatria, terapia intensiva, enfermagem, anestesiologia, geriatria e oncologia. Segundo a gestão, há processos em andamento para contratação em outras áreas técnicas. O HSM registra, por mês, cerca de 35,5 mil atendimentos ambulatoriais e 8,9 mil atendimentos em prontos-socorros. A unidade realiza, em média, 650 internações e 560 cirurgias/mês.

Circuito Mundial de Rugby Sevens

Neste final de semana, dias 28 e 29 de março, a capital recebe a última etapa do SVNS 2, que integra o Circuito Mundial de Rugby Sevens. O torneio acontece no estádio do Nacional, na Barra Funda. O Brasil recebe a competição pela quarta vez na história e vê, depois de 10 anos, a equipe feminina voltar a jogar em casa. Antes desta, as últimas edições em solo brasileiro aconteceram em 2016.

Comissão Saúde I

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher realizou a primeira reunião do ano. O colegiado analisou um conjunto de propostas voltadas à políticas públicas sociais e de saúde na capital. Entre as matérias, estão iniciativas relacionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Comissão Saúde II

Um dos projetos, do vereador Isac Félix (PL), do ex-vereador Camilo Cristóforo e do parlamentar Thammy Miranda (PSD), cria a política de combate à violência doméstica e familiar. Outra proposta determina a instalação de placas informativas sobre o crime de exploração sexual de crianças em locais públicos.

Apostas I

A Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de São Paulo apreciou 13 itens pautados para a primeira reunião do ano, realizada na última quarta-feira (25). Dentre os projetos, dez tiveram pareceres favoráveis aprovados e dois foram adiados. O colegiado também aprovou um requerimento.

Apostas II

Uma das matérias que receberam aval dos parlamentares é o Projeto de Lei do vereador Sargento Nantes (PP). O texto propõe a criação do Programa de Conscientização e Prevenção aos Riscos dos Jogos de Apostas Online nas Escolas. A iniciativa promove uma abordagem responsável sobre o tema para reduzir os riscos entre estudantes.

R\$ 20 milhões I

Dois imóveis foram leiloados pela Prefeitura de SP durante sessão pública presencial realizada nesta quarta-feira (25). Um imóvel localizado no Grajaú (Zona Sul) foi arrematado por R\$ 1,9 mi, já o outro, na Vila Matilde, vendido por mais de R\$ 17,8 milhões. Recursos irão para Fundo de Desenvolvimento Social (FMD).

R\$ 20 milhões II

Os valores irão financiar ações de saúde, educação, segurança, habitação, transporte, mobilidade urbana, assistência social e ações conduzidas pelas Subprefeituras. O Programa de Alienação de Imóveis, da Prefeitura, tem por objetivo a desmobilização de imóveis ociosos que integram a administração pública.



Decisão envolve local ocupado por associação esportiva

Justiça ordena reintegração no Campo de Marte

Decisão prevê desocupação e demolição de estruturas

Da Redação

A Justiça de São Paulo determinou a reintegração de posse de uma área pública de cerca de 15 mil metros quadrados localizada no Campo de Marte, na região da Casa Verde, zona norte da capital. A decisão envolve um espaço ocupado por uma associação esportiva e autoriza a retirada imediata dos ocupantes, além da demolição de construções consideradas irregulares.

A liminar foi concedida pelo juiz Bruno Santos Montenegro, da 9ª Vara da Fazenda Pública. Na decisão, o magistrado entendeu que não há comprovação de direito legal da entidade sobre o terreno, destacando que a ocupação de bens públicos possui caráter precário e não gera posse definitiva. A ordem também se estende a outros possíveis ocupantes não identificados.

O juiz apontou que a permanência no local estaria dificultando a destinação da área para uso público, além de interferir no andamento de um projeto previsto para o espaço. Segundo a decisão, a situação poderia resultar em impactos administrativos e financeiros, caso não fosse resolvida.

O cumprimento da ordem judicial poderá contar com apoio policial, caso necessário. A decisão também autoriza a remoção de estruturas existentes no local, consideradas incompatíveis com a destinação pública da área.

De acordo com informa-

ções do processo, a entidade foi notificada diversas vezes para desocupar o terreno, mas não atendeu às solicitações formais. Também foram relatadas tentativas de diálogo para uma solução administrativa, sem sucesso.

Ainda conforme os autos, houve participação inicial da associação em discussões sobre alternativas para utilização do espaço, incluindo propostas relacionadas à prática esportiva. No entanto, as negociações não avançaram, e a entidade não aderiu aos termos apresentados.

A decisão judicial considera que havia conhecimento prévio da necessidade de desocupação e resistência à devolução da área, o que contribuiu para a caracterização da ocupação como irregular.

O terreno em questão integra um projeto de parque municipal previsto para a região. A proposta envolve a ampliação de áreas destinadas ao lazer e à prática esportiva em uma área urbana consolidada. Para a execução, a área precisa estar livre, condição que, segundo o processo, não vinha sendo atendida.

Antes da judicialização, órgãos municipais haviam iniciado tratativas com ocupantes da área, buscando alternativas para continuidade de atividades em outros formatos ou locais. Também foram apontadas irregularidades no uso do espaço, incluindo a realização de eventos e atividades sem autorização formal.

Prefeitura contesta recuperação do Jockey e aponta risco aos cofres

Município questiona legalidade do processo e cita impacto de R\$ 800 milhões

A Prefeitura de São Paulo entrou na Justiça para contestar o processo de recuperação judicial do Jockey Club e solicitou a suspensão da decisão que autorizou o andamento do caso. Segundo o Município, a entidade acumula débitos tributários que ultrapassam R\$ 800 milhões, valor considerado relevante para as contas públicas da capital.

De acordo com a administração municipal, a manutenção da recuperação judicial pode trazer impactos diretos à arrecadação, ao dificultar a cobrança da dívida e alongar prazos para eventual pagamento. Na avaliação da Procuradoria Geral do Município (PGM), esse tipo de mecanismo tende a reduzir a efetividade da recuperação de créditos, uma vez que estabelece condições mais favoráveis ao devedor e impõe limites à execução fiscal.

O entendimento do Município é de que o instrumento jurídico não deveria ser aplicado ao caso. Isso porque, conforme a interpretação apresentada, a legislação brasileira restringe a recuperação judicial a empresas que exercem atividade econômica, não incluindo associações civis sem fins lucrativos — categoria na qual o Jockey Club se enquadra. A Prefeitura afirma que essa leitura está alinhada a decisões recentes de tribunais superiores.

Outro ponto levantado é o possível precedente jurídico. Para a administração municipal, permitir que uma entidade sem fins lucrativos utilize o mecanismo poderia abrir espaço para que outras instituições adotem a mesma estratégia como forma de postergar ou evitar o pagamento de tributos.

Diante desse cenário, o Município defende a interrupção do processo e afirma que poderá adotar outras medidas judiciais



Porfírio Menezes/JCSP

Corrida de cavalos no Jockey club; Gestão municipal pediu suspensão de decisão sobre o caso



Divulgação / Elysium Cultural

Arquitetura da entrada principal do Jockey Club de SP, na Avenida Lineu de Paula Machado

para garantir a recuperação dos valores devidos. A gestão municipal também sustenta que a continuidade da recuperação judicial pode comprometer o interesse público, especialmente em um contexto de necessidade de recursos para investimentos em áreas essenciais.

Paralelamente à disputa judicial, o Jockey Club é alvo de uma auditoria iniciada pela Prefeitura no final do ano passado. O objetivo é apurar a destinação de cerca de R\$ 61 milhões obtidos pela entidade por meio da venda de Transferência do Direito de Construir (TDC). Segundo o Município, os recursos deveriam ter sido aplicados na recuperação da infraestrutura do clube, mas até o momento não houve comprovação detalhada sobre o uso do montante.

Para a administração municipal, a ausência de informações claras sobre a aplicação desses recursos reforça preocupações relacionadas à situação financeira da entidade e à necessidade de maior rigor na fiscalização.

A Transferência do Direito de Construir é um instrumento previsto na legislação urbanística que permite a negociação do potencial construtivo de um imóvel. Em geral, é utilizada em situações em que o proprietário enfrenta restrições para edificar, como no caso de imóveis tombados. Nesses casos, o direito de construir pode ser transferido a terceiros, mediante compensação financeira.

O processo segue em análise na Justiça, e ainda não há decisão definitiva sobre o pedido da Prefeitura. Enquanto isso, o caso levanta discussões sobre os limites da aplicação da recuperação judicial e seus possíveis impactos sobre a arrecadação pública e a segurança jurídica em situações envolvendo entidades sem fins lucrativos.

Henrique Cesar/Prefeitura de SP

Obras contra enchentes avançam no Morumbi

As obras de drenagem no Córrego Antonico, no Morumbi, na Zona Oeste de São Paulo, avançam com a implantação de um sistema integrado para reduzir alagamentos recorrentes na região. A intervenção reúne dois reservatórios de contenção, conhecidos como piscinões, além de novas galerias pluviais e trechos de canalização, com investimento total estimado em R\$ 335 milhões, em parceria entre Prefeitura e Governo do Estado.

O projeto retenção de até 173

milhões de litros de água, beneficiando cerca de 87 mil moradores em áreas historicamente afetadas por enchentes, especialmente em períodos de chuvas intensas. A região sofre com alagamentos frequentes devido à topografia e à contribuição de águas vindas de bairros vizinhos, como Paraisópolis.

Um dos reservatórios está em construção com previsão de entrega até dezembro. A estrutura terá cerca de 17 metros de profundidade e capacidade equivalente a dezenas de

piscinas olímpicas. Também estão há obras de novas galerias na Rua Senador Otávio Mangabeira.

O segundo reservatório e intervenções em vias próximas são executados pelo governo estadual. Após a conclusão, a área de um dos piscinões deverá receber cobertura e dar lugar a um espaço público.

Estudos viários na região estão em desenvolvimento e pretendem melhorar a circulação nas avenidas Giovanni Gronchi e Jules Rimet e no entorno.



Projeto prevê retenção de até 173 milhões de litros de água

CORREIO GRANDE SP

Bruno Netto/Câmara de Guarulhos



Vereadores durante a Sessão da Câmara de Guarulhos

Câmara Municipal Guarulhos aprova cinco projetos

Durante a sessão desta quarta-feira (25), a Câmara Municipal de Guarulhos aprovou, em primeiro turno, cinco Projetos de Lei que ainda vão passar por um novo processo de votação antes de, de fato, virarem lei. Destaque para o PL 2675/2023, que torna obrigatória a implantação de equipamentos sonoros e de comunicação no transporte coletivo municipal para informar passageiros. A proposta foi inspirada pelo depoimento do munícipe Arthur Vidal, que contou sobre as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência visual. O PL 146/2025 também avançou, ele cria o Programa de Reconstrução Dentária que garante o atendimento odontológico especializado para mulheres que tenham sofrido agressões.

requerimentos cobraram da Prefeitura

Também seguem para outra votação O PL 12/2025, sobre o Plano Emergencial de Altas Temperaturas, o PL 31/2025, sobre conscientização da herpes-zóster e o PL 2324/2022, que institui a Semana de Incentivo ao Esporte Paralímpico. No Grande Expediente, três requerimentos cobraram da Prefeitura informações sobre médicos e escalas Unidades Básicas de Saúde Belvedere e Primavera, vagas em creches e a fila de espera na rede pública de saúde.

Divulgação/Prefeitura de Taboão da Serra



Representantes de Taboão da Serra durante a cerimônia

Taboão recebe Selo Sebrae

Taboão da Serra foi contemplada com o Selo Sebrae Prefeitura Empreendedora, concedido pelo Sebrae, em reconhecimento a iniciativas que fortalecem o ambiente de negócios e o empreendedorismo. A premiação aconteceu em São Paulo e destacou o projeto "Territorialidade", da Secretaria de Indústria, Comércio e Empreendedorismo, que realizou 195 visitas com o objetivo de aproximar o poder público dos comerciantes e impulsionar o desenvolvimento econômico da cidade. Representantes do município participaram da cerimônia de entrega.

Roubo e sequestro em Suzano

Grupo de criminosos invadiu agência da Caixa Econômica Federal em Suzano na manhã desta quinta (26), sequestrou duas funcionárias e roubou malotes de dinheiro. Uma das vítimas foi abordada no trajeto do trabalho e levada até o local, a outra foi rendida na agência. Na fuga, uma das mulheres foi liberada e encontrada em Osasco, enquanto a outra segue desaparecida.

Parnaíba I

A Prefeitura de Santana de Parnaíba inaugura neste sábado (28) o Colégio Municipal Professor Jailton Aparecido Rodrigues e o Parque Municipal do Suru. Os novos equipamentos públicos estão localizados na Rua Deodoro Marques, no bairro Itaim Mirim, no Suru. A inauguração ocorre a partir das 10h30.

Parnaíba II

A nova unidade possui 12 salas, sendo duas delas berçários, outras duas salas multifuncionais e oito salas de aula. o espaço conta também com uma quadra coberta e espaços administrativos. O parque ao lado oferecerá um Playground, quadra de areia, minicampo society e uma academia ao ar livre.

Carapicuíba I

A Prefeitura de Carapicuíba junto da Secretaria de Esporte e Lazer, abre as inscrições para mais uma modalidade das Escolinhas de Esportes, o vôlei de areia. As aulas são destinadas para crianças e adolescentes de 12 a 17 anos e acontecem no CEEAC Ayrton Senna, na Av. Antônio Faustino dos Santos na Cohab 5.

Carapicuíba II

As aulas acontecem às 17h30 de segunda a quinta-feira. Para realizar a inscrição, os interessados que possuem acesso ao Portal Facilita Digital podem fazê-lo pela plataforma. Os que não tem o cadastro devem estar presencialmente no CEEAC Tancredão com RG, comprovante de endereço e atestado médico para realizar o ingresso.

Cajamar I

A Prefeitura de Cajamar moderniza o sistema de monitoramento do Parque São Roberto, com a instalação de um novo totem inteligente, substituindo um equipamento mais antigo e aumentando a eficiência da vigilância na região. O município também conta com totens instalados em outros pontos táticos.

Cajamar II

O novo totem conta com 10 câmeras de alta tecnologia, capazes de realizar leitura automática de placas (OCR), reconhecimento facial e monitoramento em longo alcance. O equipamento possui botão de emergência, que permite o acionamento direto das forças de segurança, garantindo mais rapidez no atendimento.



Novas estruturas reforçam o atendimento à população

Santo André amplia rede de acolhimento

Mais acesso a serviços de tratamento e reinserção social

Da Redação

Santo André foi incluída pelo Governo do Estado de São Paulo na maior expansão já realizada na rede de acolhimento e prevenção ao uso abusivo de substâncias psicoativas. Essa iniciativa tem como previsto a instalação de um Espaço Prevenir e dois complexos de Casas Terapêuticas no município, sendo um deles masculino e outro feminino, o que amplia a oferta de atendimento especializado e integrado, além de fortalecer a estrutura já existente.

Os novos equipamentos ampliam o acesso que a população tem a serviços de prevenção, tratamento e reinserção social, além de reforçar a rede socioassistencial. Cada complexo será composto por quatro unidades, organizadas para atender diferentes perfis e etapas do cuidado, permitindo um acompanhamento mais adequado e de acordo com às necessidades e com o que de cada pessoa atendida precisa.

O prefeito Gilvan Ferreira diz que ser incluído nesse projeto do Governo do Estado demonstra o compromisso com políticas públicas humanizadas e eficazes no cuidado às pessoas em situação de vulnerabilidade que Santo André tem, além de ampliar a capacidade de atendimento no município.

O atendimento que acontecerá nas Casas Terapêuticas vai seguir três ciclos que são progressivos. Os acolhidos vão passar,

em média, 30 dias na primeira fase, na segunda vão permanecer por até 90 dias e, na terceira, por até 180 dias. Esse modelo garante acompanhamento contínuo e individualizado ao longo de todo o processo de recuperação do usuário, com maior atenção às suas necessidades.

Cada complexo terá capacidade de atendimento para 45 pessoas simultaneamente, o que amplia de em muito oferta de vagas que são oferecidas na região, além de contribuir para reduzir a demanda por esse tipo de serviço.

Os Espaços Prevenir são focados em atendimentos psicoterapêuticos, oficinas, formações e construção de projetos de vida, o que fortalece o processo de recuperação e autonomia dos usuários. A capacidade de atendimento é de até 200 pessoas ou famílias, mantendo o foco na prevenção e no fortalecimento de vínculos que a pessoa possui.

As vagas serão reguladas e distribuídas pelas regiões por meio da Cross (Central de Regulação de Ofertas de Saúde), o que vai garantir organização, equidade no acesso e integração entre os municípios. Com isso, Santo André também poderá receber usuários de outras cidades ABC.

No município, os espaços estão em processo de implantação, estruturação e organização em andamento. A expectativa é que os atendimentos tenham início no primeiro semestre deste ano.

Servidores fazem reivindicações contra mudança no CotiaPrev

Vereadores aprovam projetos e discutem manutenção de direitos da previdência.

A Câmara Municipal de Cotia recebeu reivindicações de servidores públicos contra as mudanças no CotiaPrev. Os questionamentos foram apresentados na 8ª Sessão Ordinária por meio do Ofício nº 52/2026, baseado em carta entregue pelos manifestantes que acompanharam a sessão no plenário. A solicitação foi lida pelos vereadores e encaminhada ao Poder Executivo. Todos os vereadores estiveram presentes.

Durante a Sessão, três Projetos de Lei que foram aprovados por unanimidade, além de uma Moção de Aplausos. Dois Projetos de Decreto Legislativo e um Projeto de Lei foram lidos, junto de cinco ofícios e quatro indicações apresentadas pelos vereadores durante a sessão.

Projetos aprovados

Os Projetos Aprovados foram o PL nº 114/2025, de autoria do vereador Eduardo Nascimento, que institui o programa "Cotia em Movimento" no município. O PL nº 182/2025, do vereador Serginho Luiz, que dispõe sobre a destinação do excedente da alimentação escolar aos professores e servidores das escolas públicas do município de Guaurulhos.

Outro projeto aprovado foi o PL nº 192/2025, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 1.425, de 18 de setembro de 2007, que trata do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa



Vereadores e público durante a 8ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Cotia

Idosa (CMDPI). Todas as propostas receberam 16 votos favoráveis dos parlamentares.

A Moção nº 8/2026, de autoria do vereador Peka Santos, que concede aplausos à senhora Aparecida Oliveira de Souza, também foi aprovada por unanimidade durante a sessão.

Projetos lidos

Os projetos lidos em plenário foram o PL nº 38/2026, de autoria do vereador Marcelinho

Lenha, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Municipal de Fiscalização Colaborativa de Resíduos Sólidos no município, além de dois Projetos de Decreto Legislativo que também foram apresentados, o nº 10/2026, do vereador Yago Bezerra, que concede o Título de Cidadão Cotiano a Rafael Gonçalves Assunção e o nº 11/2026, do vereador Marcelinho Lenha, que concede a Medalha Mérito Legislativo Municipal à Coope-

rativa de Trabalho e Produção de Coleta e Reciclagem Cooperativa Cotia Recicla.

Ofícios e comunicações

Ofícios foram lidos e encaminhados pela Prefeitura, entre eles está o Ofício GP-DAO nº 7/2026, que encaminha as Leis nº 2.455 e 2.456, ambas datadas de 18 de março de 2026. O Ofício SMF nº 81/2026, com o balancete da receita e da despesa da Prefeitura referente ao mês

de fevereiro deste ano. O Ofício nº 52/2026, da própria Câmara, solicitando a manutenção dos direitos previdenciários no município, reforçando as demandas apresentadas pelos servidores públicos presentes na sessão.

Além disso, foram apresentados comunicados de órgãos externos, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), informando o repasse de recursos financeiros destinados à execução de programas educacionais, e da Caixa Econômica Federal, com informações sobre créditos que é originário do Orçamento Geral da União.

Indicações

Quatro indicações também foram apresentadas pelos vereadores durante essa sessão. Entre elas, uma proposta de capacitação para professores, auxiliares de classe e funcionários que atuam com estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), pedido de ambulância 24 horas no pronto-socorro infantil, uma solicitação de limpeza e conservação na Rua João Vitorello, no Parque Alexandre e a sugestão de alteração na Lei Municipal nº 628/1980. A sessão também contou com a presença de servidores públicos, que acompanharam os trabalhos e apresentaram suas reivindicações aos vereadores, reforçando a necessidade de debate sobre a previdência.

Centro de Eventos de Osasco passa por revitalização

Justino Alencar/Prefeitura de Osasco

A Secretaria de Cultura de Osasco entrega revitalização do Centro de Eventos Pedro Bortolosso, um dos principais espaços culturais e de convivência da cidade. O evento da entrega do espaço contou com a presença do Prefeito Gerson Pessoa e dos Secretários da Cultura Marcelo Silva, e de Governo, Luciano Camandoni. A obra busca fortalecer a identidade cultural que a cidade de Osasco tem e deixa um legado para os futuros moradores do município.

A revitalização do prédio incluiu pintura geral, novo paisagismo e modernização da fachada. As grades da entrada foram removidas, tornando o espaço mais aberto e integrado à comunidade.

As melhorias também ocorreram no prédio anexo da Secretaria de Cultura, que passou por re-



O Centro de Eventos valoriza a cultura da cidade

formas nas salas, criação de uma nova identidade visual, revisão elétrica e hidráulica. Além disso, foram instalados 25 aparelhos de ar-condicionado, a fiação da rede de internet foi trocada, lâmpadas foram substituídas, banheiros receberam manutenção e os am-

bientes destinados a cursos e práticas culturais ficaram mais adequados. A cerimônia contou com apresentações da Banda Santo Antônio e de grupos de capoeira. Após o ato oficial, o prefeito convidou as pessoas presentes para conhecer as novas instalações.

Posto é autuado por preços abusivos

O Procon de Mogi das Cruzes, nesta quarta-feira (25), autuou, durante fiscalização, um posto de combustível por aumento no preço do óleo diesel. Foram identificados pelos agentes que o estabelecimento adquiriu diesel por um preço anterior, que era mais baixo, e mesmo assim aumentou o valor na bomba, resultando numa margem de lucro superior à média dos outros locais que passam por fiscalização.

Entre 16 e 24 de março, o Procon fiscalizou 19 postos na cidade, em ação intensificada nacionalmente com orientação da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) que coordena o levantamento sobre altas excessivas após reajustes da Petrobras e instabilidades no mercado internacional.

O coordenador do Procon de Mogi, Álvaro Nicodemus

Sanvida, diz que a maioria dos estabelecimentos teve justificativa baseada no repasse de aumento pelas distribuidoras, comprovado por notas fiscais de aquisição, mas que um Posto de bandeira BR foi autuado após identificarem que o produto comercializado foi adquirido antes do aumento realizado pela Petrobrás.

O Código de Defesa do Consumidor proíbe a elevação de preços sem justa causa, o que caracteriza prática abusiva e pode resultar em penalidades.

O trabalho fortalece a atuação integrada dos Procons no país. Em Mogi das Cruzes, o órgão intensifica fiscalizações para garantir equilíbrio nas relações de consumo e coibir abusos. Atendimento pelo telefone (11) 4798-5090 ou presencialmente no PAC e no CIC de Jundiapéba.

AZUL

Para o presidente da Azul, Abhi Shah, o prêmio é um incentivo. "É um reconhecimento que nos motiva a continuar evoluindo, com foco no futuro"



ganha prêmio de melhor cia aérea do Brasil

A Azul Linhas Aéreas - cujo hub está localizado em Campinas - venceu o prêmio Aviação + Brasil como melhor companhia aérea brasileira de 2025. A cerimônia de premiação ocorreu na terça-feira (26) em Brasília. Já o evento é uma iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para reconhecer aeroportos e empresas que registraram os melhores indicadores de desempenho no país. O intuito é promover a eficiência, a competitividade e a acessibilidade do setor. "O prêmio é um reconhecimento fundamental para a aviação, porque valoriza iniciativas de inclusão, boas práticas na prestação de serviços, além de dar mais comodidade e bem estar às pessoas", afirma o ministro Silvio Costa Filho. No ano passado, a aviação civil brasileira registrou 130 milhões de passageiros.

O prêmio foca em organizações que apresentam métricas de qualidade, de eficiência e de compromisso com a experiência do cliente, além de considerar as ações que geram impacto na conectividade aérea entre as regiões do país.

Fomento

Para o presidente da Azul, Abhi Shah, o prêmio é um incentivo. "É um reconhecimento que nos motiva a continuar evoluindo, com foco no futuro. Na Azul, temos o propósito de servir o Brasil conectando pessoas e destinos com qualidade, segurança e eficiência, mantendo uma relação próxima, de olho no

Premiação é iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor)

olho com nossos clientes, e priorizando continuamente a excelência dos nossos serviços. Esse resultado demonstra a força dos nossos times, a solidez da nossa operação e a relevância do papel da Companhia para a economia nacional".

Aeroportos Regionais

Durante a cerimônia, a União instituiu o Programa Investe Mais Aeroportos Regionais para permitir que estados e municípios autorizem contratos comerciais com prazos superiores aos das concessões vigentes.

A medida equaliza as regras locais às federais e possibilita

parcerias de até 45 anos. Segundo Costa Filho, a norma amplia a segurança jurídica para a construção de hotéis, shoppings e terminais de carga. O modelo adota um sistema progressivo de prazos proporcional ao porte do investimento para integrar aeródromos às economias regionais.

O objetivo é diversificar receitas e garantir autossuficiência aos complexos, atraindo empreendimentos de grande porte, integrando os aeródromos regionais às economias locais. Atualmente, 422 aeroportos operam por convênios de delegação, mas apenas 50 podem aplicar contratos de longo prazo.

A companhia

É a maior aérea do Brasil em número de cidades atendidas e de rotas domésticas diretas. Oferece mais de 800 voos diários para 137 destinos, em mais de 230 voos nacionais sem paradas. Com uma frota operacional de cerca de 180 aeronaves e mais de 15 mil tripulantes, foi eleita

pela Cirium (empresa líder em análise de dados de aviação) como a 2ª companhia aérea mais pontual do mundo em 2023. Em 2020, foi premiada como a melhor companhia aérea do mundo pelo TripAdvisor, sendo a primeira vez que uma aérea brasileira conquistou o primeiro lugar no Traveller's Choice Awards.

Restrução

Em fevereiro, concluiu o processo de recuperação judicial nos Estados Unidos, conhecido como Chapter 11. A reestruturação financeira envolveu um aumento de capital de R\$ 4,98 bilhões e aportes de US\$ 300 milhões realizados por credores e pelas companhias American Airlines e United Airlines, deixando o fundador David Neeleman sem o controle acionário da empresa.

No aspecto operacional, recebeu a 42ª aeronave Embraer E195-E2 em março de 2026, marcando o início das entregas de frota do ano com foco em eficiência e sustentabilidade.

A estratégia atual prioriza a malha doméstica e a consolidação financeira, com a previsão de expansão de novas rotas internacionais planejada apenas para 2027.



Cesar dos Reis

"Prêmio é reconhecimento fundamental para a aviação", afirma o ministro Silvio Costa Filho

Fernando Molica

A mais-valia dos penduricalhos

Ao limitar e, ao mesmo tempo, institucionalizar penduricalhos salariais, o Supremo Tribunal Federal nacionalizou o que a Prefeitura do Rio chama de mais-valia: nada a ver com o conceito marxista, mas um jeitinho carioca de regularizar construções irregulares. Mediante o pagamento de uma taxa, o dono do imóvel tem o direito de legalizar seu puxadinho.

Para o senador Alessandro Vieira (MDB-SE), o STF “bateu uma laje” ao conceder o benefício. Mas a corte não autorizou apenas o acréscimo de um andar, mas de até 70% do já robusto prédio salarial de juízes e integrantes do Ministério Público. É como se o dono de um edifício de dez andares tivesse o direito de construir mais sete — sem respeitar gabarito, sem pagar mais-valia e sem provar que a construção resistirá ao peso adicional.

O STF reconheceu e legalizou a existência de um teto que se sobrepõe ao teto constitucional, hoje de R\$ 46.366,19. Mas, apesar da aberração arquitetônica, a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) protestou. Em nota, gritou contra o que classificou de “redução remuneratória imediata” e da não admissão do que chamou de “direitos reconhecidos”.

A entidade que representa juízes acha injusto receber um salário que, pela nova decisão, pode chegar a R\$ 78.822,51. Ao fazer isso, a AMB admitiu que magistrados se acostumaram a receber valores bem maiores. Grana que vinha em forma de auxílios diversos, que sequer eram detalhados nos sites de tribunais.

A entidade de juízes repete o argumento de que limitações salariais impactam a atratividade da

carreira. Uma alegação é absurda: a magistratura é, entre as carreiras do serviço público, a que oferece melhor remuneração aos seus integrantes — mesmo sem penduricalhos.

Ninguém contesta que juízes precisam ter vencimentos proporcionais à sua formação e à sua responsabilidade. Mas isso não pode ser confundido com privilégio, com um processo de acumulação infinita de vantagens, algo que permitiu ao presidente de um tribunal de Justiça receber, em janeiro, R\$ 384.954,59. Há inúmeros casos semelhantes pelo país.

Não custa lembrar que juízes são servidores públicos, e exercem seu trabalho em um país em que a maioria da população rala muito para conseguir chegar ao fim de cada mês. Têm direito a um belo salário, férias de 60 dias — dos quais 30 podem ser convertidos em dinheiro — e estabilidade.

Quem acha que isso é insuficiente tem sempre a opção de optar pela iniciativa privada. Neste campo, os ganhos são ilimitados (ainda que a possibilidade de receber muito menos que na magistratura seja também bem maior: por seu trabalho como professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o ex-ministro do STF Luís Roberto Barroso recebeu R\$ 12.510,26 em fevereiro passado).

A nota diz que a medida do STF “tende a produzir reflexos na organização e na eficiência da prestação jurisdicional” — faz um alerta que, no limite, pode ser encarado quase como uma ameaça.

O texto ainda diz ser preciso “definir o tipo de magistrado que se pretende manter e atrair para a carreira”. Com todas as vênias, arrisco dizer que a preferência recai sobre juízes menos corporativos, mais atentos à realidade do país e a limites constitucionais.

Tales Faria

CPMI do INSS corre o risco de ficar sem relatório

Fosse um jogo de futebol, seria uma goleada: o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), perdeu de 8 a 2.

Esse foi o resultado da peleja, ou melhor, do julgamento pelos seus pares na Corte sobre se ele estava certo ou errado ao conceder a medida liminar autorizando a prorrogação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS.

Mendonça só teve o voto favorável do ministro Luiz Fux — um autodeclarado dissidente desde o julgamento dos golpistas do 8 de janeiro de 2023. Todos os demais votaram contra. Na prática, é como se os ministros aplicassem uma repreensão pública à atuação do colega como relator do inquérito que apura o escândalo do Banco Master.

Os ministros achavam que Dias Toffoli errou a mão como relator. Haviam aproveitado o envolvimento do resort Tayayá, de sua família, em negócios com o banco para convencer o colega a se afastar da função. Mas também o desempenho de André Mendonça, que assumiu o lugar de Toffoli, não está agradando seus pares. Esse é um dos resultados do julgamento.

O que os ministros esperavam de Mendonça era uma relatoria que afastasse completamente a hipótese de suspeição ou de envolvimento político da Justiça no caso. Na linha mesmo que o próprio Mendonça defendeu em um evento, na sexta-feira (20), na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) seccional do Rio de Janeiro cujo tema foi “Os desafios da advocacia no século XXI”. O ministro afirmou que o “bom juiz não é estrela”, mas alguém que cumpre o dever com senso de responsabilidade.

O presidente do Supremo, Edson Fachin, tem

cochado dos ministros autocontenção e senso de responsabilidade para melhorar a imagem da Corte, hoje desgastada. A culpa não é só do estrelismo de um ou de outro ministro, mas também do envolvimento político e da parcialidade política num momento de polarização pré-eleitoral no país.

Veio daí a grande curiosidade em torno do julgamento da liminar pelo plenário, nesta quinta-feira. Menos a decisão se a CPMI seria ou não prorrogada e, mais, o jogo de forças políticas entre os integrantes da Corte.

Ao assumir a relatoria com ênfase em contradizer Alexandre de Moraes, André Mendonça fez parecer, com suas atitudes, que uma aliança entre bolsonaristas e lavajatistas passou a dominar o STF.

Mas o plenário revelou que não. Se existiu essa aliança, ela ficou entre Mendonça e Fux no julgamento desta quinta-feira. Nem Kassio Nunes Marques e Dias Toffoli aderiram.

A questão será também contrabalançar o jogo de forças entre os ministros para que também não pareça uma guerra entre dois polos.

O comando da CPMI, dominado pela oposição e que vinha se sentindo empoderado, saiu da sessão visivelmente abatido. O presidente da Comissão, senador Carlos Viana (Podemos-MG), após a proclamação do resultado, abandonou o tom arrogante e de enfrentamento com os governistas e imediatamente passou a falar em negociação para um relatório final de consenso.

Será difícil. A partir de agora, sem prorrogação, o mais provável é que a CPMI nem tenha relatório final aprovado.

Fernando Baldin*

IA sem orquestração é um risco que as empresas ainda subestimam

A adoção de inteligência artificial nas empresas avançou rápido até demais, em muitos casos, organizações estão colocando IA dentro de processos críticos com o mesmo nível de controle que usariam em uma ferramenta experimental. Isso, na prática, é um acidente anunciado.

Existe uma premissa que ainda é pouco discutida fora dos times técnicos, que a IA, por natureza, não é determinística, especialmente nos modelos generativos, onde há um risco real de inconsistência, interpretação equivocada e até “alucinação”. Isso não é um defeito, é uma característica da tecnologia. O problema começa quando essa característica é ignorada dentro de processos de negócio que exigem precisão, rastreabilidade e conformidade.

Muita gente ainda associa inteligência artificial à ideia de agentes que executam tarefas específicas e esse modelo funciona bem em vários cenários. São aplicações com começo, meio e fim, regras claras e escopo limitado. Um agente que classifica e-mails, extrai dados de documentos ou responde perguntas frequentes, por exemplo, tende a operar dentro de um ambiente relativamente controlado. Mas o cenário muda completamente quando falamos de processos organizacionais de ponta a ponta.

Quando a IA passa a atuar em fluxos completos, que envolvem múltiplas etapas, regras de negócio, exceções e impacto direto em decisões, o nível de exigência sobe. Não basta mais “funcionar”, é preciso garantir que cada etapa esteja alinhada às políticas da empresa, que as decisões sejam verificáveis e que exista controle sobre o que está sendo executado. Sem isso, o ganho de eficiência pode rapidamente se transformar em risco operacional.

Orquestração, nesse contexto, não é apenas organizar tarefas, é criar uma camada de governança sobre a atuação da IA, é definir como ela executa, em que sequência, com quais validações e sob quais regras, e é garantir que o resultado final não seja apenas rápido, mas confiável.

Cada ação da IA precisa ser verificável dentro de parâmetros definidos, isso significa implementar “guardrails”, assegurando que o processo siga dentro dos padrões esperados. Não se trata de limitar a IA, mas de direcioná-la e de garantir que ela opere com autonomia, mas dentro de um contexto controlado.

Um exemplo simples: imagine o processo de auditoria de despesas corporativas com base em uma política de viagens. Tradicionalmente, isso exige análise manual, conferência de recibos e interpretação das regras. Com IA, é possível estruturar automaticamente os dados desses recibos e compará-los com a política da empresa. Mas sem orquestração, esse processo pode gerar inconsistências, como interpretações erradas de regras, exceções mal tratadas ou decisões sem rastreabilidade.

A IA não apenas executa tarefas, mas passa a operar dentro de um fluxo estruturado, onde cada etapa é definida, cada decisão pode ser auditada e cada resultado é validado contra critérios claros. Nesse modelo, o próprio processo, com suas regras e políticas, se torna a lógica que guia a execução.

Esse processo abre espaço para algo maior do que automação, estamos falando de uma nova forma de desenhar o trabalho. Em vez de processos documentados que dependem de interpretação humana, passamos a ter processos estruturados que são, ao mesmo tempo, documentação e execução. A operação deixa de ser apenas seguida e passa a ser orquestrada.

A discussão sobre IA nas empresas não pode mais se limitar ao “onde usar”, mas precisa evoluir para “como governar”, porque o desafio real não é implementar inteligência artificial, é garantir que ela opere com consistência, segurança e alinhamento ao negócio.

IA sem orquestração pode até funcionar em pequena escala, mas quando inserida em processos reais, ela amplifica não só eficiência, mas também erros.

*Fernando Baldin é Country Manager LATAM na AutomationEdge

CORREIO POLÍTICO

Renato Alves/Agência Brasil



Ibaneis e Celina: foram-se os beijos, ficaram os tapas

Diante do rolo do Master, a esquerda se mexe no DF

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), deixará o cargo no sábado (28). Desincompatibiliza-se para disputar uma vaga no Senado. Deixa em seu lugar a vice Celina Leão (PP) que, assim governadora, disputará a reeleição. Tudo isso, no entanto, tende a acontecer de uma forma totalmente inusitada. A governadora que entra, sucessora do governador que sai, poderá fazer uma campanha de oposição a ele. O PL, partido que terá o senador Flávio Bolsonaro (RJ) como candidato à Presidência, fechou uma chapa puro-sangue ao Senado para apoiar Celina, tendo como candidatas Michelle Bolsonaro e a deputada federal Bia Kicis. Ou seja, nessa hipótese, não há espaço na chapa para Ibaneis.

Celina e Ibaneis nem se falavam mais

O fato é que nos últimos dias ela se distanciou de Ibaneis, nem se falam. Se houver uma reconciliação, e Ibaneis for candidato a senador na chapa de Celina, o PL sai da aliança. Se Celina ficar com o PL, Ibaneis poderá montar uma chapa contrária do MDB. Ou acabar saindo para deputado federal. Será mais uma história em que a tendência puro-sangue do PL vai virando um tiro pela culatra. Em vez de fortalecer a chapa raiz, efeito oposto.

Rudolfo Lago



Capelli: "Vou ganhar esta eleição"

Capelli e Grass movem suas peças

A esquerda vai assistindo de camarote aos tapas e beijos dentro do governo de Ibaneis. Ibaneis enfraqueceu-se com o envolvimento no rolo do Master, e Celina tenta se descolar dele, ainda que o risco de acabar envolvida não esteja dissipado. Os dois nomes à esquerda, ligados ao governo, Leandro Grass (PT) e Ricardo Capelli (PSB) apostam no aumento desses desentendimentos no GDF para lucrar com isso. Grass e Capelli preferiam que um apoiasse o outro. Mas isso vai ficando difícil. Tendem a formar chapas separadas.

Cristovam Buarque foi para o PSB

Na terça-feira (24), o ex-governador e ex-senador do Distrito Federal Cristovam Buarque filiou-se ao PSB. Durante um tempo, Cristovam foi o presidente do Cidadania no DF. E planejava formar uma federação entre seu antigo partido e o PSB. Na bralhada que virou o Cidadania, Cristovam resolveu deixar o partido com Roberto Freire e ir para o PSB.

POR
RUDOLFO LAGO

Frente ampla

Dois cálculos dominam o PSB. O primeiro obter coeficiente eleitoral e cumprir cláusula de barreira. Uma eventual candidatura de Cristovam a deputado federal ajudaria a puxar votos. Mas Capelli tem planos mais ousados. Sua ideia é que Cristovam seja uma das peças para formar uma "frente ampla".

"Vou ganhar"

"Eu vou montar uma frente ampla. E vou ganhar a eleição", disse Capelli ao Correio Político. Acrescentando um desafio: "Com ou sem PT". Quem irá fazer parte dessa frente ampla, porém, Capelli não disse. "No momento certo, todos saberão", respondeu o ex-interventor na segurança, em tom misterioso.

Master

Pelo lado de Leandro Grass, há também a percepção de que o caso Master/BRB mudou muito o cenário que, no começo, parecia totalmente favorável à vitória de Celina e à eleição de Ibaneis para o Senado. Avaliam que Celina é o nome a ser batido, mas que o quadro no Senado já se alterou.

Leila

As projeções que vêm sendo feitas pela equipe de Leandro Grass vão no sentido de que os dois nomes eleitos para o Senado tendem agora a ser Michelle Bolsonaro, pelo PL, e a reeleição de Leila do Vôlei, ou Leila Barros, pelo PDT. Se os partidos do governo formarem uma chapa só, o outro nome na chapa seria a deputada Erika Kokay (PT).

Arruda

Há ainda o fator José Roberto Arruda. Em princípio, o ex-governador, que se filiou ao PSD, está inegável. Mas ele insiste que as recentes mudanças feitas na Lei da Ficha Limpa o beneficiam. Espera uma decisão da Justiça Eleitoral nesse sentido. Se Arruda entrar no jogo, o quadro eleitoral no DF sofrerá novo abalo.

Corrupção

Ainda assim, há uma percepção no entorno de Grass de que Arruda, mesmo de volta, não retorne com a mesma força. Avalia-se que o caso Master pode respingar nele. Não diretamente, porque não há nada nesse sentido. Mas indiretamente, por ter sido condenado em um processo que envolveu corrupção.



Plano de fuga de Zambelli para a Itália começa a dar errado

A conta da fuga começa a chegar para Zambelli

Justiça da Itália aprova extradição da ex-deputada

Por Beatriz Matos

O que começou como uma tentativa de escapar da Justiça brasileira começa a cobrar seu preço. A Justiça italiana autorizou, nesta quinta-feira (26), a extradição da ex-deputada Carla Zambelli.

A decisão, tomada pela Corte de Apelação em Roma, atende ao pedido formalizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após a parlamentar deixar o país mesmo já condenada a 10 anos de prisão pela invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ainda cabe recurso da defesa, o que deve prolongar o desfecho por mais alguns meses.

O caso começou em maio do ano passado, quando a Primeira Turma do STF condenou Carla Zambelli e o hacker Walter Delgatti Neto por invadirem sistemas do CNJ e incluírem documentos falsos.

A decisão foi unânime e fixou pena de 10 anos de prisão em regime inicial fechado, além da perda do mandato. Com o trânsito em julgado, no mês seguinte, o ministro Alexandre de Moraes determinou o início do cumprimento da pena e autorizou o envio do pedido de extradição.

Antes disso, no entanto, Zambelli deixou o Brasil em 25 de maio de 2025, atravessando a fronteira com a Argentina e, em seguida, viajando aos Estados Unidos (EUA). A saída ocorreu

dias após a condenação, o que levou o STF a decretar sua prisão preventiva, incluí-la na lista vermelha da Interpol e bloquear seus documentos. Desde então, passou a ser considerada foragida da Justiça brasileira.

A movimentação internacional da ex-deputada foi acompanhada de perto pelas autoridades. Após passagem pelos EUA, Zambelli chegou à Itália, país do qual também possui cidadania. Em julho de 2025, acabou presa em Roma por agentes locais, em cumprimento ao alerta da Interpol. Desde então, permanece detida no presídio de Rebibbia, sob o entendimento das autoridades italianas de que há risco de fuga.

O processo de extradição enfrentou uma série de atrasos ao longo dos meses, com audiências adiadas e tentativas da defesa de alterar a composição dos magistrados responsáveis pelo caso. Os advogados também apresentaram novos documentos e chegaram a aderir a uma paralisação da categoria, o que contribuiu para postergar a análise do mérito.

Com a decisão da Corte de Apelação, o caso entra agora em uma fase decisiva. A defesa tem prazo de até 15 dias para recorrer e já indicou que pretende levar o caso à Corte de Cassação, instância superior da Justiça italiana. Paralelamente, o processo ainda dependerá do aval político do ministro da Justiça da Itália, Carlo Nordio.

STF derruba a tentativa de esticar CPMI do INSS

Sem prorrogação após decisão do Supremo, leitura do relatório final será hoje

Por Beatriz Matos

A tentativa de esticar o prazo da CPMI do INSS acabou travada no Supremo Tribunal Federal (STF), em um julgamento que expôs, mais uma vez, a tensão entre Judiciário e Legislativo e redesenhou o destino da comissão.

Por 8 votos a 2, os ministros derrubaram, nesta quinta-feira (26), a decisão liminar do ministro André Mendonça que determinava a prorrogação dos trabalhos por até 120 dias e obrigava o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a ler o requerimento em até 48 horas.

A decisão do plenário não apenas enterra a extensão automática da CPMI como também esvazia a estratégia construída por parlamentares para manter o acesso a provas sensíveis, incluindo dados extraídos de celulares e quebras de sigilo ainda em curso. Na prática, a comissão entra agora em uma corrida contra o tempo para consolidar seu relatório final.

Liminar

O julgamento desta quinta-feira teve como ponto de partida a decisão assinada por Mendonça no último dia 23. Na ocasião, o ministro acolheu o argumento de parlamentares de que houve omissão da Mesa Diretora do Congresso ao não processar o pedido de prorrogação protocolado ainda em dezembro de 2025.

Na decisão, Mendonça sustentou que a leitura do requerimento não seria um ato discricionário, mas sim vinculado, diante do cumprimento dos requisitos constitucionais. Para o ministro, impedir a prorrogação poderia violar o direito das minorias parlamentares — tese que, segundo ele, justificaria a atuação do STF.

Ele também estabeleceu um mecanismo indireto de pressão: caso o Congresso não cumprisse a determinação no prazo de 48 horas, a própria presidência da CPMI poderia considerar a prorrogação efetivada.

A decisão, no entanto, já nasce sob contestação dentro do próprio Supremo.

Julgamento

Ao analisar a liminar, o plenário formou maioria para derrubá-la, abrindo divergência em relação ao entendimento de Mendonça. A leitura predominante foi a de que o tema não comporta intervenção do Judiciário.

O ministro Flávio Dino, que



Lula Marques/ Agência Brasil.

Com a decisão do STF, CPMI lerá hoje o relatório final



Antonio Augusto/STF

Posição de Mendonça foi derrotada por 8 a 2

inaugurou a divergência, argumentou que a Constituição exige prazo determinado para o funcionamento das comissões, o que seria incompatível com prorrogações automáticas. Para ele, trata-se de matéria interna do Legislativo.

Na mesma linha, Alexandre de Moraes afirmou que não há direito líquido e certo que justifique a atuação do STF, destacando que o caso exigiria análise probatória — algo incompatível com o tipo de ação apresentada.

Já Gilmar Mendes fez um alerta mais amplo sobre o funcionamento das CPIs, citando riscos de abuso, especialmente em decisões de quebra de sigilo sem fundamentação adequada, e defendeu a necessidade de revisão das regras que regem essas comissões.

Dias Toffoli, por sua vez, ressaltou que as investigações seguem em andamento no próprio

STF, com atuação da Polícia Federal e do Ministério Público.

A ministra Cármen Lúcia também acompanhou a divergência, enfatizando que, embora as CPIs sejam instrumentos importantes para a democracia, é necessário respeitar os limites constitucionais, especialmente quanto à existência de direito líquido e certo.

Ficaram vencidos apenas Mendonça, relator do caso, e Luiz Fux, que defenderam a prorrogação.

O último voto foi proferido por Edson Fachin, consolidando o placar e encerrando o julgamento.

Não vingou

Antes mesmo da decisão do Supremo, o clima já era de incerteza dentro da CPMI. Pela manhã, o presidente da comissão, senador Carlos Viana (Po-

demos-MG), chegou a anunciar a prorrogação dos trabalhos, com base na liminar de Mendonça e na certificação enviada pelo STF sobre o recebimento das comunicações oficiais.

“Como decisão judicial, a gente cumpre, a gente não questiona”, afirmou durante a sessão.

Em seguida, foi além e declarou: “Em nome dos atentados, dos autos e das viúvas de um Brasil que quer o combate à corrupção, eu declaro prorrogada esta CPI”.

A decisão, no entanto, foi tomada sob condição. A sessão foi suspensa e foi retomada após o julgamento do STF.

Nos bastidores do Senado, a leitura já era de que Davi Alcolumbre não demonstrava interesse em avançar com a extensão dos trabalhos, o que ajudou a tensionar ainda mais o cenário e levou parlamentares a recorrerem ao Judiciário.

Impactos

Com a decisão do STF, a CPMI entra na reta final sob pressão para concluir seus trabalhos. O relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), já indicou que o relatório está em fase final e deve trazer mais de 200 indiciamentos.

Do ponto de vista jurídico e político, o encerramento sem prorrogação traz efeitos diretos sobre o alcance das investigações.

Para o advogado constitucionalista Daniel Lamounier, o fim da comissão pode comprometer a profundidade das apurações. “Caducidade de requerimentos, pedidos de quebra de sigilo (bancário, fiscal, telemático) e convocações que ainda não foram executados perdem a validade”, aponta. Ele também alerta para o risco de “interrupção da cadeia de custódia”, o que pode dificultar o cruzamento de dados em investigações complexas.

Na mesma linha, o advogado Valdemir Júnior destaca que a não prorrogação encerra imediatamente os poderes investigatórios da comissão. “Perda de poderes de investigação: a comissão deixa de poder convocar testemunhas, requisitar documentos, quebrar sigilos e realizar diligências”, afirma.

Apesar disso, ele pondera que o relatório final mantém relevância: “Do ponto de vista jurídico. O relatório não tem poder de condenação. Ele funciona como peça informativa”.

Já o constitucionalista Aurélio Lobão reforça que a continuidade das investigações não depende exclusivamente da CPMI. “Sim, cabe a comissão parlamentar mista de inquérito elaborar o seu relatório com os indícios de prova já coletados e encaminhar suas conclusões para o ministério público”, afirma.

No pano de fundo, a decisão do STF também delimita o alcance da própria Corte em relação ao Congresso. Como resume o advogado Valdemir Júnior, “não abre ‘porteira’ para intervenções generalizadas, mas reforça a possibilidade de atuação do Judiciário em casos de violação constitucional clara”.

Com o prazo correndo e o acesso a instrumentos de investigação limitado, a CPMI agora precisa transformar o material já coletado em um relatório que sustente seus desdobramentos dentro e fora do Congresso.

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Rosinei Coutinho/STF



STF aprovou limites a benefícios

O risco de proliferação dos penduricalhos

O governo teme que ao criar um, na prática, novo teto para o Judiciário e Ministério Público, o Supremo Tribunal Federal tenha aberto comportas para um processo que contamine outros poderes, em especial, o Legislativo.

Independentemente de normas constitucionais e de leis, há, no funcionalismo público, a lógica de que o equilíbrio entre poderes se dá também no aspecto remuneratório: o salário de ministros do STF, teto do funcionalismo, é também aplicado para presidente da República, ministros de estado, senadores e deputados.

Até agora, os tais penduricalhos eram pagos de maneira variada, de acordo com cada tribunal, o que dificultava sua adoção por outros poderes.

Defensores públicos

A Tese de Repercussão Geral aprovada pelo STF já acionou o botão de emergência da Defensoria Pública, que historicamente se vê discriminada nessa discussão. Integrantes da categoria sempre insistiram na existência de uma isonomia entre o trabalho deles e o do MP.

A diretoria da Anadep (Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos) já marcou uma reunião para discutir o tema e suas repercussões.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Flávio Dino foi o primeiro a barrar acréscimos

Parâmetro

A tese publicada pelo STF veda a extensão dos benefícios a outras categorias; ou seja, até os defensores públicos ficariam de fora.

Mas, ao serem institucionalizados, os pagamentos adicionais — que podem gerar aumentos salariais de até 70% — criaram um novo patamar e uma nova referência para o funcionalismo público.

Para um técnico do Ministério da Fazenda, a norma editada pelo STF servirá como parâmetro para uma lei sobre o tema que já deveria ter sido aprovada pelo Congresso.

Teto deve virar piso

Para o técnico, ao votar a lei — que voltou a ser cobrada pelo STF —, o Congresso não terá condições políticas e institucionais para reduzir o percentual que foi estabelecido na última quarta-feira.

Na prática, uma norma definitiva sobre o tema deverá ter o novo teto como piso. E diversas categorias pressionando deputados e senadores para serem beneficiadas.

Na balança

A situação da candidatura ao Senado do ex-governador Cláudio Castro é delicada. Apesar das declarações de fidelidade, o PL quer garantias de que ele, caso eleito, possa assumir. Teme a repetição do que ocorreu com Daniel Silveira: candidato ao Senado em 2022 pelo PTB, seus votos foram anulados.

Pesquisas

O PL também quer esperar a repercussão da decisão do Tribunal Superior Eleitoral junto ao eleitorado. Ele liderou com folga a pesquisa Real Time Big Data divulgada no último dia 11, antes, portanto, do julgamento. O senador Carlos Portinho e o delegado Felipe Curi estão de olho na possível vaga.

Goleada

A vitória, com 45 dos 69 votos possíveis, de Douglas Ruas (PL) para a presidência da Assembleia Legislativa do Rio serviu de prévia para a eleição indireta para o cargo de governador-tampão. O grupo de Eduardo Paes (PSD) passou a depender de decisões judiciais para não ser, de novo, derrotado.

Engasgo

O PL ainda não engoliu, e não vai engolir, a pedadinha que Alexandre de Moraes incluiu na decisão que concedeu prisão domiciliar temporária a Jair Bolsonaro: como o Correio Bastidores destacou, a restrição a visitas impede que ele receba políticos ao longo de 90 dias. Isso, em ano eleitoral. Isso, para, supostamente, evitar infecções.

Chance

Quem conhece bem Gilberto Kassab, presidente-dono do PSD, diz que aumentaram as chances de o governador gaúcho, Eduardo Leite, ser escalado para a disputa presidencial. Com a retirada de Ratinho Júnior, ele teria a vantagem de, potencialmente, encarnar uma terceira via entre Lula e Flávio Bolsonaro.

Novo perfil

Ronaldo Caiado ainda é o favorito para representar o PSD na briga pelo Planalto. Mas há a avaliação de que o governador de Goiás corre na mesma raia da família Bolsonaro e não seria fácil fazer o eleitor engolir que, agora, ele, antipetista desde sempre, está menos radical e mais aberto ao diálogo.



Ciro Nogueira e Antônio Rueda comandam a federação

Federação União/PP vira maior bancada

Por unanimidade, TSE aprovou a união entre os dois partidos

Da Redação

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou, por unanimidade, na sessão administrativa nesta quinta-feira (26), o registro da federação partidária União Progressista, formada pelos partidos União Brasil e Progressistas.

Ao apresentar voto na sessão, a relatora, ministra Estela Arahna, destacou que o pedido de criação da federação foi instruído com toda a documentação exigida pela legislação eleitoral. A ministra ressaltou que a legislação permite que dois ou mais partidos se unam em federação, passando a atuar como uma única agremiação após o registro na Justiça Eleitoral. O Plenário acompanhou integralmente o voto da relatora, sem divergências, e confirmou o registro da federação.

Com a decisão na quinta-feira, já são cinco federações aprovadas pelo TSE: além da União Progressista, Federação Renovação Solidária (que une PRD e Solidariedade), Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV), Federação PSDB Cidadania e Federação PSOL Rede.

De acordo com a Lei dos Partidos Políticos e a Resolução TSE nº 23.670/2021, as federações devem ter duração mínima de quatro anos, período em que os partidos integrantes são obrigados a permanecer unidos, sob pena de sanções em caso de saída

antecipada.

Se tal fato ocorrer, entre as penalidades impostas, destacam-se a proibição de ingressar em nova federação, de celebrar coligações nas duas eleições seguintes e de utilizar recursos do Fundo Partidário até o cumprimento do prazo mínimo.

A legislação também estabelece que a federação partidária só pode participar das eleições se tiver o registro de estatuto aprovado pela Justiça Eleitoral até seis meses antes do pleito.

Apesar da atuação conjunta na federação, os partidos preservam cada um a sua autonomia, mantendo nome, sigla, filiados e acesso direto a recursos do Fundo Partidário e tempo de propaganda eleitoral.

101 deputados

O presidente da federação será o presidente do União Brasil, Antônio Rueda. A nova federação é a maior bancada do Congresso Nacional. Juntos os dois partidos que a integram reúnem 101 deputados e 12 senadores. Ultrapassa a federação entre PT, PCdoB e PV, que tem 80 integrantes, e a bancada do PL, com 94 deputados.

Unindo o que devem receber União Brasil e PP, a federação deve ficar com a maior fatia do fundo eleitoral para as eleições deste ano. O valor estimado é de R\$ 4,9 bilhões.

Com informações do TSE

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Lanna Silveira



Estimativa é que entregadores faturem até R\$250 por dia

99Food chega a Brasília com R\$ 100 mi em investimento

A 99Food iniciou na quinta-feira(26) operações em Brasília, com 4,6 mil restaurantes e 6 mil entregadores cadastrados, incluindo grandes redes como McDonald's e Burger King, além de estabelecimentos locais. A empresa oferece taxas menores, cupons de até R\$99 e entregas gratuitas nas primeiras compras. Pesquisa do Instituto Locomotiva aponta que 6 em cada 10 moradores pedem delivery ao menos uma vez por semana, sendo pizza e lanches os mais populares, mas há espaço para culinárias regionais e internacionais. Com tecnologia de inteligência artificial, a plataforma promete entregas em 25 a 30 minutos, visibilidade para restaurantes e ganhos mínimos diários de R\$250 para entregadores.

OCDE prevê desaceleração global

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico(OCDE) prevê desaceleração da economia global com a guerra no Oriente Médio, que elevou os preços de energia e ampliou a incerteza econômica. A entidade projeta crescimento mundial de 2,9% em 2026, com inflação mais alta se o conflito se prolongar. A OCDE reúne 38 países com economias desenvolvidas. O Brasil não é membro, mas participa como parceiro estratégico.

Lanna Silveira



No varejo, carnes de segunda ficam entre R\$30-40/kg

Carne bovina segue com preços altos

A Cepea/Esalq-USP divulgou que os preços da carne bovina seguem estáveis em nível elevado no mês de março, sustentados pelas exportações e menor oferta interna. O Brasil produziu cerca de 10,9 milhões de toneladas de carne bovina em 2025 e exportou mais de 3 milhões, recorde. Mato Grosso lidera a produção nacional. No varejo, os preços variam conforme o corte: carnes de segunda ficam entre R\$ 30 e R\$ 40/kg, enquanto cortes nobres, como picanha e contrafilé, podem superar R\$ 70/kg, segundo levantamentos do Dieese.

Carne suína tem preço pressionado

Ainda de acordo com a Cepea/Esalq-USP, os preços da carne suína seguem pressionados em março. O suíno vivo foi negociado perto de R\$ 6,94/kg, enquanto a carcaça especial ficou em R\$ 10,12/kg, refletindo demanda doméstica fraca. O Brasil produziu mais de 5,6 milhões de toneladas de carne suína em 2025 e exportou 1,48 milhão, recorde histórico.

Lojas Americanas

A Americanas protocolou pedido para encerrar a recuperação judicial após afirmar ter cumprido o plano aprovado pela Justiça. A varejista entrou no processo em 2023, após revelar rombo contábil de cerca de R\$ 20 bilhões e dívidas próximas de R\$ 43 bilhões. A saída ainda depende de decisão judicial.

Dinheiro no bolso

A JBS, multinacional brasileira e uma das maiores empresas de alimentos do mundo, negociada na bolsa dos Estados Unidos, aprovou dividendos de US\$1 por ação (cerca de R\$ 5,25 hoje). O pagamento será em 17/junho para acionistas com posição em 18/maio. Na B3, os papéis são negociados em BDRs.

Dinheiro no bolso II

A Localiza, uma das maiores empresas de aluguel de carros e gestão de frotas da América Latina, aprovou o pagamento de R\$ 571,8 milhões em juros sobre capital próprio (JCP), equivalentes a R\$ 0,52 por ação. Terão direito investidores com papéis até 27 de março. O pagamento será realizado em 22 de maio.

Dinheiro no bolso III

A Rede D'Or São Luiz, uma das maiores redes de hospitais e serviços de saúde no Brasil, pagará R\$ 0,15 por ação em juros sobre capital próprio (JCP), totalizando cerca de R\$ 350 milhões distribuídos aos acionistas elegíveis. O pagamento está previsto para 7 de abril de 2026, com direito a quem tinha as ações até 26 de março.

Crédito de Carbono

O Ministério da Fazenda instalou o Comitê Técnico Consultivo Permanente para apoiar a implementação do mercado regulado de carbono no Brasil. O grupo reúne representantes da sociedade civil e governos e iniciou os trabalhos para regulamentar o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões.

Crédito Carbono II

A iniciativa busca garantir segurança jurídica e integridade técnica ao novo mercado, criado por lei em 2024, além de atrair investimentos para a redução das emissões de gases de efeito estufa e a preservação ecológica. Na prática, empresas que poluem menos vendem créditos para aquelas que emitem mais gases.



Banco Central, responsável pelo funcionamento da Economia

BC projeta inflação de 3% e PIB de 2,5% em 2026

Relatório de março aponta serviços em expansão, indústria moderada e agronegócio estável; inflação pode variar para até 4,5%

Andre Souza

O Banco Central do Brasil (BC) divulgou na quinta-feira(26) o Relatório de Política Monetária (RPM) de março de 2026, documento que apresenta informações sobre a condução da política econômica, a inflação, o Produto Interno Bruto (PIB) e o desempenho dos setores da economia. Publicado a cada três meses, geralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro, o RPM substituiu o antigo Relatório de Inflação, usado entre 1999 e 2024, e é uma das principais ferramentas de transparência do Comitê de Política Monetária (Copom). O relatório indica que a meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3% ao ano, com intervalo de tolerância entre 1,5% e 4,5%. A inflação é acompanhada mês a mês e, caso fique fora do intervalo por seis meses consecutivos, medidas corretivas devem ser divulgadas publicamente. Segundo o RPM, o PIB brasileiro deve crescer 2,5% em 2026. A indústria registra crescimento moderado, puxada por alimentos, bebidas e produtos químicos, enquanto outros segmentos enfrentam custos mais altos de insumos e logística. O setor de serviços apresenta aumento consistente, impulsionado por comércio, transporte e atividades financeiras. O agronegócio se mantém estável, com soja e milho

registrando aumento de produtividade em condições climáticas favoráveis, enquanto feijão, arroz e parte do milho podem ser afetados por variações de chuva e temperatura. O relatório também mostra que o investimento privado cresce lentamente, influenciado pelo crédito, pelas taxas de juros e pelo cenário internacional.

Por que o RPM é importante?

O Banco Central acompanha indicadores de emprego, consumo, produção e liquidez para orientar suas decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, revisada a cada 45 dias pelo Copom.

Como o RPM apresenta dados detalhados sobre o PIB, setores da economia e fatores que afetam os preços, a análise permite o acompanhamento da evolução econômica e do comportamento da inflação com base em indicadores oficiais. Serve também como parâmetro para verificar o ritmo de alta dos preços(alimentos, combustível, aluguel e serviços) e os juros do crédito, dos financiamentos e empréstimos para consumidores e empresas.

O documento inclui ainda informações sobre o desempenho da indústria, dos serviços, do agronegócio e do investimento privado, sem emitir opiniões ou previsões sobre medidas futuras do Banco Central.Os dados do 2º trimestre de 2026 serão divulgados em 26 de junho.

IPCA-15 de março sobe 0,44%, puxado por alimentos e bebidas

Índice considerado a prévia da inflação (IPCA) acumula alta de 3,90% em 12 meses

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA15), considerado uma prévia da inflação oficial no Brasil, registrou alta de 0,44% em março, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador mede a variação de preços de produtos e serviços consumidos por famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos em grandes áreas metropolitanas do país. Ele é calculado a partir da coleta de preços entre o meio de um mês e o meio do mês seguinte, oferecendo uma estimativa antecipada da inflação antes da divulgação do IPCA completo.

No acumulado dos últimos 12 meses, a prévia da inflação chegou a 3,90%. Na mesma época do ano passado, o índice havia avançado 0,64%, indicando que a variação mensal está acima do registrado em março de 2025.

Entre os grupos de produtos e serviços que compõem o IPCA-

15, os destaques de março foram “Alimentação e bebidas” e “Despesas pessoais”, que exerceram maior pressão sobre o índice geral. O grupo de “Alimentação e bebidas” teve variação de 0,88% no mês. A alimentação no domicílio, que corresponde aos alimentos comprados para consumo em casa, acelerou de 0,09% em fevereiro para 1,10% em março. Produtos como feijão carioca, ovo de galinha, leite longa vida, carnes e açaí registraram aumento de preço. Por outro lado, itens como café moído e algumas frutas tiveram queda nos valores, contribuindo para moderar a alta do grupo. A alimentação fora do domicílio, que inclui refeições em restaurantes e outros estabelecimentos, teve aumento moderado, de 0,35%. O grupo de “Despesas pessoais” registrou alta de 0,82% e incluiu variações em serviços e produtos de cuidados pessoais, além de despesas ligadas a serviços financeiros. Esse grupo



Consumo segue moderado no início do ano, refletindo cautela nas decisões de compra.

também teve impacto importante no resultado geral do IPCA-15. Outros grupos também apresentaram aumento: “Habitação” avançou 0,24%, com participação de preços de energia elétrica residencial, água e esgoto. “Artigos de residência” tiveram variação de 0,03%, enquanto “Vestuário” subiu 0,47%, influenciado por mudanças de preço em roupas e calçados em diversas regiões.

O grupo de “Transportes” registrou alta de 0,21%, com destaque para passagens aéreas e tarifas de transporte urbano. “Saúde” e “Cuidados pessoais” avançaram 0,36%, em função de ajustes em artigos de higiene pessoal e planos de saúde. “Educação” teve aumento de 0,05%, refletindo pequenas variações em mensalidades escolares e cursos de idiomas. “Comunicação” subiu 0,03%, mantendo estabilidade em serviços de telefonia e internet.

A coleta de preços para o IPCA-15 ocorreu entre os dias

13 de fevereiro e 17 de março de 2026, comparando-se com os preços vigentes entre 15 de janeiro e 12 de fevereiro. Os dados foram obtidos em grandes áreas metropolitanas, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador, Curitiba, Brasília, Belém e Goiânia. A pesquisa envolve milhares de itens, que representam os produtos e serviços consumidos pelas famílias nas diferentes regiões, permitindo acompanhar a evolução dos preços de forma detalhada.

Impacto nas famílias

O professor de finanças do Ibmec Brasília, Melquezedech Moura, explica que, embora o IPCA-15 represente uma média nacional, seus efeitos são desiguais. “Os mais afetados tendem a ser os mais vulneráveis: famílias de baixa renda, trabalhadores sem proteção contra a inflação e poupadores menos sofisticados.

A inflação é um fator que amplia desigualdades sociais ao atingir de forma mais intensa aqueles com menor capacidade de adaptação” - explica

Moura cita também que, por outro lado, alguns agentes podem até se beneficiar parcialmente da inflação, como devedores com dívidas prefixadas, já que o valor real do que devem diminui ao longo do tempo. “Mas esse efeito é limitado e não compensa os impactos negativos sobre a economia, como incerteza, redução do consumo e distorções nos preços relativos” - completa.

Prévia da inflação

O IPCA-15 funciona como uma prévia do IPCA, índice oficial de inflação, calculado com base nos preços coletados durante todo o mês, refletindo a variação completa dos produtos e serviços e servindo de referência para contratos, reajustes e políticas econômicas.

Arrecadação federal soma R\$ 222,1 bilhões em fevereiro e bate recorde histórico

Marcelo Camargo/Agência Brasil

A arrecadação das receitas federais alcançou R\$ 222,1 bilhões em fevereiro de 2026, segundo dados divulgados esta semana pelo Ministério da Fazenda. Este valor é o maior já registrado para o mês desde 1995, início da série histórica, e representa crescimento real de 5,68% em relação a fevereiro de 2025, considerando a inflação no período. Em termos nominais, houve alta de 9,71%, indicando aumento da entrada de recursos. No acumulado do primeiro bimestre de 2026, a União arrecadou R\$ 547,869 bilhões, superando os R\$ 525 bilhões de 2025 no mesmo período. O crescimento real de 4,41% reforça a força das receitas federais no início do ano, contribuindo para a manutenção das metas fiscais previstas pelo governo.

Entre os principais impulsionadores do resultado estão as contribuições previdenciárias, que financiam a aposentadoria e a assistência social, e tributos ligados ao consumo e operações financeiras. O PIS/Cofins, tributo cobrado sobre a produção e circulação de bens e serviços, cresceu devido ao bom desempenho dos setores de comércio e serviços. O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de capital também avançou, influenciado pelo aumento de juros, e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) registrou elevação, impulsionado por mudanças na legislação que aumentaram a cobrança em certas operações. Os valores arrecadados são usados para pagar os gastos do governo, como saúde,



Receita Federal divulga mensalmente as arrecadações

educação, infraestrutura e pagamento de servidores, obrigações fiscais e programas sociais.

A Receita Federal destacou que o crescimento reflete “a eficiência na cobrança dos tributos”.

Orçamento de 2026

A arrecadação até fevereiro representa 3,4% do orçamento federal previsto para o ano. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 fixa a receita e as despe-

ras do governo federal neste ano em R\$ 6,54 trilhões, incluindo todos os gastos previstos para os poderes, ministérios, fundos e programas sociais. Deste total, R\$ 1,8 trilhão será destinado ao pagamento e refinanciamento da dívida, deixando R\$ 4,7 trilhões para despesas fiscais, de seguridade social e investimentos no país, como saúde, educação, segurança pública, infraestrutura e assistência social. O orçamento também prevê um superávit primário de cerca de R\$ 34,2 bilhões, ou seja, que as receitas sejam maiores que as despesas obrigatórias, indicando equilíbrio nas contas públicas. A LOA 2026 inclui ainda R\$ 61 bilhões em emendas parlamentares, destinadas a projetos e ações específicos indicados por deputados e senadores.

CORREIO DO APOSENTADO

POR
ANDRE SOUZA

Divulgação MPS



Mutirão terá 37 mil atendimentos em 132 agências

Previdência realiza mutirão de perícias no fim de semana

O Ministério da Previdência vai realizar um mutirão de perícia médica nos dias 28 e 29 de março, com mais de 37 mil atendimentos em 132 Agências da Previdência Social espalhadas por todo o Brasil. A iniciativa tem o objetivo de reduzir o tempo de espera para avaliações médicas de benefícios por incapacidade e assistenciais (BPC/LOAS). As perícias serão feitas de forma presencial e também pelo Perícia Conectada (teleatendimento), garantindo acesso mesmo em locais com falta de peritos. Os segurados podem agendar o atendimento antecipadamente pelo telefone 135 ou pelo Meu INSS (site ou app). As cidades onde os mutirões serão realizados podem ser consultadas no site do Ministério da Previdência.

Antecipação do 13º salário

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) terão o pagamento do 13º salário antecipado em 2026. A medida foi oficializada por decreto presidencial e prevê o depósito em duas parcelas. A primeira será paga entre 24/abril e 8/maio e a segunda entre 25/maio e 8/junho, beneficiando cerca de 35,2 milhões de segurados em todo o país. A antecipação deve injetar R\$ 78,2 bilhões na economia.

Vitor Vasconcelos/Secom-PR



Auxílio-doença sem perícia aumenta de 60 para 90 dias

Prazo do auxílio-doença sem perícia

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Ministério da Previdência ampliaram o prazo máximo do auxílio-doença concedido sem perícia presencial pelo sistema Atestmed, de 60 para até 90 dias. A mudança, que passa a valer a partir de 30 de março, permite que a análise e decisão sobre o benefício sejam feitas apenas com base em documentos médicos apresentados pelo trabalhador, sem a necessidade de comparecimento imediato a uma agência. A medida busca agilizar a concessão do auxílio, reduzir filas e evitar atrasos nas perícias presenciais.

Ampliação para 90 dias pelo Atestmed

Com o prazo ampliado para até 90 dias pelo Atestmed, o INSS pretende reduzir a demanda por perícias presenciais e agilizar a concessão de benefícios. Caso o trabalhador precise estender o auxílio, será necessária uma nova avaliação médica, que pode ocorrer presencialmente ou por telemedicina. As mudanças beneficiam segurados em situação de incapacidade temporária.

Declaração do IR

Para declarar o Imposto de Renda 2026, o aposentado pode acessar o extrato (informe de rendimentos) de forma digital pelo site ou aplicativo Meu INSS. O documento reúne todos os valores recebidos no ano anterior e é utilizado para preencher a declaração anual à Receita Federal.

Imposto de Renda

Para emitir o comprovante, o segurado deve entrar no Meu INSS com CPF e senha, buscar por "Extrato de Imposto de Renda", selecionar o serviço e baixar o arquivo. O atendimento também pode ser solicitado pelo telefone 135, em caso de dificuldade de acesso. Idosos têm preferência na restituição do IR.

Aposentadoria

O ministro Flávio Dino, do STF, pediu vista e suspendeu o julgamento que discute a aposentadoria compulsória de empregados públicos aos 75 anos. Até agora, quatro ministros votaram (Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Dias Toffoli) para aplicar a regra imediatamente.

Compulsória aos 75

Diferente do servidor público estatutário, que já tem aposentadoria compulsória prevista na Constituição aos 75 anos, o caso analisa empregados públicos regidos pela CLT. O STF decidirá se o desligamento é automático ou se depende de regulamentação específica. A retomada da votação ainda não foi divulgada pelo Supremo.

Agentes de Saúde

Projeto de Lei Complementar 185/2024, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), garante aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, com integralidade e paridade, definindo critérios de idade e tempo de serviço para a categoria.

Agentes de Saúde II

Após aprovação no Senado, em novembro/2025, o projeto foi encaminhado à Câmara para análise das comissões. Há também requerimento para inclusão em ordem do dia para votação imediata. O parlamentar argumenta que esses profissionais trabalham em condições de risco e exposição contínua a doenças.



Cuidadores durante atendimento domiciliar a aposentado

Regra do INSS aumenta provento em até 25%

Direito tem sido concedido a quem está incapacitado

Andre Souza

A regra do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que permite um acréscimo de até 25% no valor dos benefícios voltou a ganhar destaque no debate sobre direitos previdenciários em todo o Brasil. A medida, prevista na legislação previdenciária, é uma garantia importante para segurados que enfrentam limitações severas na rotina diária e dependem de auxílio permanente de cuidadores. Atualmente, esse adicional está previsto no artigo 45 da Lei nº 8.213/1991, que disciplina os planos de benefícios da Previdência Social. A regra concede um acréscimo de 25% no valor da aposentadoria por incapacidade permanente — também conhecida como aposentadoria por invalidez — quando o beneficiário comprova, por meio de exames e laudos médicos, a necessidade de acompanhamento contínuo para atividades básicas, como alimentação, higiene e locomoção.

Esse direito tem sido concedido apenas a quem está incapacitado para o trabalho e precisa de ajuda constante de outra pessoa. Essa comprovação deve ser feita por meio de perícia médica oficial do INSS ou por documentação médica bem fundamentada, e o adicional é incorporado ao benefício mesmo que ultrapasse o teto previdenciário.

No entanto, um projeto de lei em análise na Câmara dos Depu-

tados propõe estender esse adicional de 25% também a segurados que se aposentaram por idade ou por tempo de contribuição, desde que comprovem a necessidade de assistência permanente. Se aprovado, o benefício poderá alcançar um número muito maior de aposentados, ampliando a aplicação.

O advogado previdenciário Matheus Guilherme dos Santos Moraes, especialista no tema, explica que essa discussão representa um avanço importante no reconhecimento das necessidades reais de muitos aposentados. "A possibilidade de ampliar o adicional de 25% para todos os aposentados que comprovem dependência de terceiros é um passo essencial rumo à dignidade social. Atualmente, muitos aposentados que não se enquadram estritamente na aposentadoria por incapacidade permanente — mas que, ainda assim, dependem de cuidados diários — ficam excluídos de um direito que poderia melhorar significativamente sua qualidade de vida" - diz

Moraes ressalta ainda que, independentemente de mudanças legislativas, a efetivação desse direito passa pelo cuidado na preparação dos documentos e na argumentação técnica apresentada ao INSS ou ao Judiciário, caso o pedido seja negado administrativamente. Ainda não existem dados oficiais sobre esses pedidos de adicional de 25% no INSS.



Correio da Manhã
EDIÇÃO CAMPINAS E REGIÃO
PF em Campinas contribui para queda histórica no roubo de cargas no Estado
SP libera licenciamento 2026

Correio da Manhã consolida sua edição para Campinas e Região

Publicador do grupo Correio da Manhã, o jornalista Cláudio Magnavita foi recebido pelo prefeito de Campinas (Edina Saveri), no seu gabinete na Prefeitura, em comemoração ao aniversário municipal de Campinas (175 anos). Magnavita, jornalista e empresário, recebeu o prefeito em sua residência em Campinas. Magnavita também recebeu o prefeito em sua residência em Campinas. Magnavita também recebeu o prefeito em sua residência em Campinas.

QUEM DISSE QUE JORNAL IMPRESSO ERA COISA DO PASSADO?

Correio da Manhã

Agora com o mesmo tamanho dos Jornais **Folha de S.Paulo**, **O Estado de S. Paulo** e **Estado de Minas**.
Muito mais fácil para ler.

UM JORNAL CENTENÁRIO SEM MEDO DE SER MODERNO.

www.correiodamanha.com.br / @correiodamanhabr / @colunamagnavita

CORREIO NO MUNDO

Tasnim News Agency via Wikimedia Commons



Israel matou comandante da Guarda Revolucionária

Israel diz ter matado comandante Alireza Tangsiri

As forças de Israel mataram na noite de quarta-feira (25) o chefe do braço naval da Guarda Revolucionária, Alireza Tangsiri, o homem responsável por coordenar a militarização e virtual fechamento do estreito de Hormuz. A informação foi dada nesta quinta (26) pelo ministro Israel Katz (Defesa) e ainda não havia sido confirmada pelo Irã, embora até aqui os relatos de inteligência do Estado judeu têm sido acurados. Segundo Katz, um ataque de precisão matou Tangsiri e outros comandantes navais, provavelmente em Bandar Abbas, sede da principal base da Guarda em Hormuz. No Irã, a Guarda Revolucionária é um ente à parte das Forças Armadas, que pelas informações disponíveis estão sendo mais poupadas na guerra lançada pelos EUA e Israel há quase um mês.

Fechamento do estreito de Hormuz

Isso se insere no desejo dos agressores de mudar o regime islâmico, que tem na Guarda seu principal pilar. Os militares fora dela são considerados menos ideológicos e não estão tão imiscuídos na vida política e econômica do país. Tangsiri cuidava da até aqui bem-sucedida tática da teocracia em relação a Hormuz, por onde passavam até a guerra 20% do petróleo e do gás natural liquefeito do mundo.

Sgt. Madelyn Keech/ Força Aérea dos Estados Unidos da América



Ministro da Defesa Israel Katz deu a notícia da morte

Quase 30 petroleiros atingidos

Os iranianos vetam a passagem de navios considerados associados aos inimigos, ameaçando explodi-los, e provavelmente minaram parte da região. Há ainda ameaça de drones subaquáticos, além de aviões-robôs e mísseis. Quase 30 petroleiros e outras embarcações civis já foram atingidas na guerra. Do outro lado, os EUA estão atacando, desde a semana passada, posições iranianas em toda a região, e afirmaram ter afundado mais de 140 navios do Irã. Com mais de 90% do tráfego interrompido, os preços dessas commodities dispararam, pressionando Trump.

Esperança para a paz

O americano tem buscado acalmar o mercado com anúncios atabalhoados de negociações que Teerã ora nega, ora afirma que são recados indiretos passados por terceiros. Mas existe um movimento mínimo em curso, que fez a chancelaria chinesa dizer nesta quinta que há "um vislumbre de esperança" para a paz.

Por Igor Gielow (Folhapress)

Mediador

Em meio às polêmicas do fechamento do estreito de Hormuz, o Paquistão age como interlocutor, um papel curioso dado que há dois anos o país islâmico estava trocando fogo de fronteira com o Irã. Na quinta, emergiram relatos de que os EUA pediram a Israel para tirar da lista de alvos duas figuras envolvidas nas conversas.

Fora da lista

Uma é o chanceler Abbas Araghchi, nome conhecido no Ocidente por liderar o lado iraniano nas recentes negociações com os EUA para limitar o programa nuclear dos aiatolás, que foram interrompidas pela guerra. Outro é Mohammad Ghalibaf, o presidente do Parlamento, um político de fala dura.

Retórica inflamada

Ghalibaf tem retórica inflamada contra EUA e Israel, mas, ao mesmo tempo, é considerado o principal nome do regime para uma negociação após as mortes do líder supremo, Ali Khamenei, e do mandachuva Ali Larijani em ataques aéreos israelenses. O novo líder, o filho de Khamenei Mojtaba, não foi visto em público até hoje.

Khamenei

Há dúvidas se Khamenei está vivo ou só ferido e escondido. Resta combinar com os persas, contudo, dado que o vaivém de versões até aqui deixou Araghchi apenas confirmando que recebeu informações de uma proposta de Trump para o fim da guerra e a está avaliando, embora não a considere aceitável. Trump agora busca uma forma de encerrar a guerra.

Guerra não parou

Trump quer termos para que possa anunciar como uma vitória. EUA e Israel continuam seus ataques, assim como o Irã mantém a rotina de lançar mísseis e drones contra Israel e países da região. Nesta quinta, duas pessoas morreram em Abu Dhabi atingidas por destroços de um míssil interceptado.

Crítico a Otan

Também numa postagem nesta quinta, o presidente americano reclamou novamente da aliança Otan, cujos membros se recusaram a enviar navios de guerra para apoiar uma reabertura à força de Hormuz. "Não fizeram nada para nos ajudar", disse.

Por Igor Gielow (Folhapress)



Chavista e sua mulher estão presos há quase três meses

Nicolás Maduro volta ao tribunal em Nova York

Trump promete novas acusações contra o ditador deposto

Por Douglas Gavras (Folhapress)

O ditador deposto da Venezuela, Nicolás Maduro, compareceu nesta quinta (26) a um tribunal de Nova York pela segunda vez desde sua captura na operação militar dos EUA de 3 de janeiro.

A audiência durou pouco mais de uma hora e terminou sem uma decisão a respeito do pagamento da defesa de Maduro e de sua mulher, Cilia Flores, já que as sanções dos EUA proíbem o uso de fundos do regime venezuelano para isso. O casal está detido no Brooklyn há quase três meses e só saiu da prisão antes para a primeira audiência, em que o chavista se declarou "prisioneiro de guerra" e afirmou ser inocente das acusações de tráfico de drogas.

Eles chegaram para a audiência por volta das 12h30 (horário de Brasília). Maduro e Cilia permaneceram sentados e usando fones de ouvido, acompanhando a tradução simultânea, enquanto defesa e promotoria discutiam como custear suas despesas legais. O juiz Alvin Hellerstein é o responsável pelo caso.

A dúvida sobre os honorários e a representação legal de Maduro está colocada desde o início do processo. Ele tinha um advogado nomeado pelo tribunal, que foi substituído por Barry Pollack, que já defendeu Julian Assange, o fundador do Wikileaks. O regime venezuelano quer arcar com as despesas, mas isso requer autorização dos EUA.

A defesa pediu ao juiz que

adiasse o processo criminal até que a questão dos honorários advocatícios seja resolvida. O advogado de Maduro argumenta que não permitir o pagamento viola o direito dos dois réus à assistência jurídica.

O juiz prometeu emitir uma decisão em breve sobre o tema, mas afirmou que não irá arquivar o caso. Ele também disse não considerar Maduro "uma ameaça à segurança nacional" dos EUA.

Os advogados também mencionaram que Cilia estava com a saúde debilitada e aguardava o resultado de um exame do coração.

Enquanto o venezuelano estava no tribunal, o presidente americano, Donald Trump, afirmou que Maduro enfrentará outras acusações judiciais posteriormente. "Ele foi processado por apenas uma fração das coisas que fez. Outras acusações serão apresentadas, como vocês provavelmente sabem", disse o republicano a repórteres antes de uma reunião de gabinete na Casa Branca.

A Venezuela solicitou à ONU a libertação imediata de Maduro, que foi capturado em uma incursão dos EUA em 3 de janeiro, que incluiu bombardeios contra Caracas.

Seu filho, o deputado venezuelano Nicolás Maduro Guerra, afirmou que ele e Cilia estão "bem, fortes e otimistas".

"Este julgamento é um julgamento que desde o início já tem vestígios de ilegitimidade devido à captura, sequestro e operação militar de um presidente eleito", disse o deputado à agência de notícias AFP.

Trump recua de novo e adia ultimato para depois da Páscoa

Nova moratória de ataques vem depois de Irã recusar proposta dos americanos

Em mais um capítulo da nebulosa negociação entre Estados Unidos e Irã acerca de uma trégua na guerra que assola o Oriente Médio, Donald Trump disse que vai estender sua moratória a ataques contra o sistema energético da teocracia até a segunda-feira após a Páscoa, 6 de abril.

A medida foi anunciada, como é usual, na rede do presidente, a Truth Social. Segundo ele, “ao contrário do que diz a mídia das fake news”, as conversas com o Irã “vão muito bem”.

Recapitulando, o americano havia ameaçado atacar o sistema de energia do país persa, uma promessa para o caso de o Irã não reabrir o estreito de Hormuz feita em ultimato no sábado (21), que foi suspensa na segunda (23) até o sábado (28).

Trump havia apresentado, por meio do Paquistão, um plano de 15 pontos que incluía itens já acomodados pelo Irã em negociações anteriores, como a renúncia à bomba atômica, mas também diversos temas inaceitáveis para os aiatolás, como o total desmantelamento de suas capacidades nucleares e de seu programa de mísseis ofensivos.

Nesta quinta, o Irã deixou claro rejeitar a proposta.



Joyce N. Boghosian/ Casa Branca

Presidente havia feito ameaças; medida dá tempo para chegada de soldados para ação terrestre

Segundo a agência de notícias Reuters, Teerã considerou a proposta “unilateral e injusta”, mas deixou a porta aberta para negociações. Por sua vez, a iraniana Tasnim informou que a teocracia já enviou, por meio de turcos e paquistaneses, sua visão maximalista para o fim do conflito.

Ela pede o fim da guerra, garantias concretas para evitar novos ataques e compensações pelos da-

nos sofridos. Além disso, o Irã diz que vai manter o controle sobre Hormuz. A Tasnim não disse o que o Irã falou sobre seu programa nuclear, mas a posição do regime é conhecida até agora.

Antes do novo adiamento do ultimato, Trump havia criticado o Irã na mesma rede social. Ele escreveu que “os negociadores iranianos são muito diferentes e estranhos”.

“Eles estão nos implorando para fazer um acordo, mas publicamente dizem que estão só ‘olhando para nossa proposta.’ ERRADO!!! É melhor eles levarem a sério agora, antes que seja tardiamente, porque quando aquilo acontecer, NÃO HAVERÁ VOLTA, e não será bonito”, escreveu com as usuais maiúsculas na rede Truth Social.

Mais tarde, numa reunião na

Casa Branca, ele disse a repórteres que não descarta “ficar com o petróleo do Irã”. “Vamos ver se eles querem [um acordo]. Se não, nós somos o pior pesadelo deles. No meio-tempo, nós vamos simplesmente explodi-los”.

Depois, fez a surpreendente postagem.

O americano pode estar ganhando tempo, apenas, como já disseram temer os iranianos. Além dos eventuais ataques ao sistema energético, os EUA se preparam para a hipótese de ações terrestres, ou ameaçam isso. Com o cenário, o petróleo subiu para US\$ 105 o barril Brent.

Nesta sexta (27) deverá chegar à região o primeiro grupo de 2.500 fuzileiros navais em uma flotilha, enquanto outro deverá chegar até o fim da próxima semana, a tempo do novo ultimato. Há relatos de que até 2.000 paraquedistas de elite do Exército também podem ser mobilizados.

A especulação é de um ataque à ilha de Kharg, centro de exportação de 90% do petróleo do Irã, embora seja uma ação arriscada. Outra hipótese é tentar tomar trechos da costa de Hormuz, igualmente perigoso e insustentável no médio prazo.

Por Igor Gielow (Folhapress)

Nos EUA, apoiadores de Trump justificam guerra do Irã

“Você é a favor ou contra Trump?”, pergunta à reportagem Blake Zuma, 62, integrante do grupo de ativistas conservadores Trump Tribe of Texas. Na CPAC, o maior evento conservador do mundo, o grupo, que consiste de cinco pessoas, veste jaquetas douradas com o sobrenome do presidente americano nas costas. Além disso, cada um usa uma letra que, juntas, formam T-R-U-M-P.

Neste ano, o evento —que reúne políticos e personalidades da direita do mundo todo— acontece em Dallas, no Texas. Enquanto as pesquisas indicam queda na aprovação de Trump, sua base continua fiel na convenção.

Para Blake, por exemplo, o segundo mandato tem sido positivo. Ela não se define como “a favor da guerra”, mas afirma que o presidente entrou em conflito com o Irã porque os Estados Unidos estariam sob ameaça do país persa —uma retóri-

ca que vem mudando desde o início dos ataques, que completam um mês no fim de semana.

Na infância, Blake viveu com a família em outros países, incluindo o próprio Irã, e ela espera assistir ao discurso do príncipe herdeiro Reza Pahlavi, filho do xá deposto pelos aiatolás, que está na programação do CPAC. “Não ficamos por muito tempo. Percebemos rapidamente que a situação estava ficando perturbadora e voltamos [para os Estados Unidos]”, disse.

Em meio à escalada de tensões no Oriente Médio, Trump não participará do evento pela primeira vez em dez anos —ele costumava encerrá-lo com um discurso. Segundo um funcionário da Casa Branca, o republicano não poderá comparecer por “questões de agenda”. “Ele está engajado na condução do conflito com o Irã e lidando com outros temas críticos”, afirmou o funcionário.



Reuters/ Folhapress

Apoiadores de Trump compareceram ao evento conservador

Zuma, no entanto, não parece desanimada. “Pode ser que ele ainda apareça”, diz, apesar da negativa da Casa Branca. Já o casal de aposentados William Diaz, 66, e Anne Diaz afirma que a justificativa para a ausência é compreensível.

“Eu gosto de guerra? Não. Esperava que isso não precisasse acontecer”, diz William, que pondera que, em sua avaliação, o conflito atual não será tão duradouro quanto outros, como o do Iraque.

“Trump toma decisões com base no que é melhor para o mundo, não na política. Acho que ele realmente viu uma ameaça existencial vindo do Irã para Israel e outros países, por

causa da proximidade de [Teerã] desenvolver uma arma nuclear.”

Nascido em Cuba, William relata que ainda tem parentes vivendo na ilha, mas nunca voltou ao país natal e não pretende retornar enquanto o regime comunista estiver no poder. Se isso mudar, diz, consideraria a possibilidade. “Enquanto for comunista, não visito. Mas, se houver uma mudança, gostaria de ir.”

Diante das recentes declarações de Trump sobre “tomar Cuba”, William avalia que o país já enfrenta uma situação crítica e que não precisaria de “muita intervenção americana”. “Vai colapsar até o

fim do ano”, afirma.

No evento, ele espera também ouvir os discursos do pré-candidato pelo PL à Presidência do Brasil, Flávio Bolsonaro, e do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro. “Por eu ter nascido em um país comunista, eu desejo que países como o Brasil não continuem indo mais para a esquerda”, diz.

A juíza aposentada e cerimonialista Sara Canady vestia uma camiseta com os dizeres “MAGA 2028”, em referência a uma possível candidatura de Trump a um terceiro mandato. Ela ri e afirma que é apenas uma brincadeira. “É algo que deixa [a esquerda] louca”, diz.

O presidente afirma, desde que foi reeleito, que vai se candidatar novamente em 2028 —algo que seria inconstitucional, uma vez que, nos EUA, só são permitidos dois mandatos presidenciais, consecutivos ou não.

Canady, que foi candidata ao Senado dos EUA no Texas, afirma que não ficou chateada por não encontrar o presidente na CPAC. “Tudo bem, eu o vi em Corpus Christi [cidade no Texas] duas semanas atrás. Eu só esperava que ele me apoiasse, mas ele nunca me conheceu pessoalmente.”

Por Isabella Menon (Folhapress)

CORREIO ESPORTIVO

Samara Moumei/CBF



Coordenadora de Seleções Femininas avaliou adversárias

Cris Gambaré apoia o FIFA Series visando o Mundial

O Brasil receberá a primeira edição feminina do FIFA Series, competição promovida pela FIFA que tem como objetivo criar mais oportunidades de jogos entre seleções para equilíbrio competitivo, crescimento técnico e intercâmbio intercontinental. O torneio será sediado em Cuiabá (MT) e todos os jogos serão na Arena Pantanal. A coordenadora de Seleções Femininas, Cris Gambaré, reforçou a importância de receber um evento da entidade máxima do futebol mundial pouco tempo antes da Copa do Mundo Feminina de 2027, que será em território brasileiro.

Além da Seleção Brasileira, outras três seleções completam a tabela do torneio: Coreia do Sul, Zâmbia e Canadá.

Preparação para a Copa do Mundo

“Receber esse evento é de grande importância. É uma região que a gente precisa fomentar muito mais o momento do futebol feminino. Eu vejo isso com muito bons olhos, porque estamos a mais de um ano da Copa do Mundo, então é um grande momento para se falar de torneios e competições dentro da nossa casa”, disse Cris Gambaré, que também analisou os adversários da Seleção Brasileira Feminina no torneio.

Samara Moumei/CBF



CBF vê FIFA Series como preparação para Copa do Mundo

Projeto “Joga, Mina!” em Cuiabá

Cris ressaltou que ter esse enfrentamento em período de preparação para o Mundial será muito proveitoso para a comissão técnica da Amarelinha. “É ótimo ter grandes seleções com diferentes tipos de técnicas e jogos. Pensando nesta Data FIFA, nós teremos escolas muito diferentes. São grandes potências, mas com diferenciação no modelo de jogo”, afirmou. Em parceria com a Conmebol e a Federação Matogrossense de Futebol, a CBF irá promover o ‘Joga, Mina!’ em Cuiabá (MT). O evento se estende pelos dias 30 e 31 de março e 1º de abril.

Seminário na Arena Pantanal

Além de um dia focado em seminários e compartilhamento de informações na Arena Pantanal, as outras duas datas serão destinadas a seletivas comandadas pela comissão técnica das categorias de base da Seleção Feminina e a um festival de futebol feminino. “O seminário terá como pauta o futebol feminino, as categorias de base, como fomentar e como inserir esse contexto”, disse Cris.

Camisas de volta

O Vasco teve um caminhar de seu material esportivo roubado na manhã desta quinta-feira (26), no Rio de Janeiro. O veículo continha materiais esportivos oficiais da fornecedora Nike, que totalizavam cerca de R\$ 900 mil reais. A Polícia Civil atuou e conseguiu recuperar parte dos materiais (as camisas).

Venda da SAF

Visando concluir a venda de 90% de sua SAF para o empresário Marcos Lamacchia, a diretoria do Vasco da Gama está negociando com a A-Cap a compra dos 31% da SAF, que eles ainda detém por meio do imbrólio judicial que se arrasta desde 2024. Os valores do negócio podem chegar até R\$ 90 milhões.

Franclim Carvalho I

Visando seguir carreira como treinador, o português Franclim Carvalho deixou a comissão técnica de Artur Jorge e não foi para o Cruzeiro. Agora, o antigo auxiliar está na mira do Botafogo. A diretoria abriu conversas com o português, que foi multicampeão com o clube em 2024 e poder dar a ele a chance de ser o técnico em 2026.

Franclim Carvalho II

Internamente, o favorito para assumir o cargo era Tite, que foi demitido do Cruzeiro. Porém, o técnico brasileiro disse não ter interesse em assumir times no país neste momento, dando prioridade para o Oriente Médio ou a Europa. Franclim tem proposta do Tondela, de Portugal, mas sua identificação com o Botafogo pode pesar a favor do Glorioso.

Retornando

A volta do atacante Bruno Henrique ao Flamengo está mais próxima. O camisa 27 vem se recuperando de lesão e voltou a treinar com o elenco em campo. A ideia da diretoria rubro-negra é aproveitar a Data FIFA para dar ritmo de jogo a Bruno Henrique e poder contar com ele contra o Red Bull Bragantino, no próximo dia 2.

Patrocinador

O Fluminense renovou o contrato com a empresa Predialnet, que estampa os números da camisa do Tricolor. Não foram divulgados os valores do novo acordo, somente que a marca ficará exposta por mais uma temporada. “Acreditamos que juntos construiremos uma trajetória de novas conquistas”, celebrou o clube.



Mbappé abriu o placar para a França na vitória sobre o Brasil

Brasil sofre derrotas sofridas na Data FIFA

Além de perder no amistoso, Brasil viu cair uma escrita quase secular

Por Pedro Sobreiro

O Brasil sofreu duras derrotas nesta quinta-feira (26). Em campo, a Seleção Brasileira perdeu o amistoso para a França, nos Estados Unidos, por 2 a 1. Porém, foi outra partida que acabou quebrando uma escrita quase secular do país do futebol: Polônia 2x1 Albânia.

Disputado no Estádio Nacional de Varsóvia, o jogo foi válido pela repescagem da Copa do Mundo FIFA 2026, que será disputada no México, nos EUA e no Canadá. A partida classificou a Polônia de Robert Lewandowski para a final do grupo B, onde vai enfrentar a Suécia (que derrotou a Ucrânia por 3 a 1) em busca de uma vaga no Grupo F da Copa do Mundo 2026, que é composto por Holanda, Japão e Tunísia.

Pois bem, com a eliminação da Albânia, que é treinada pelo brasileiro Sylvinho, a Copa do Mundo FIFA 2026 será a primeira da história do torneio a não contar com nenhum técnico brasileiro à frente das seleções presentes no Mundial.

A Copa do Mundo que mais teve técnicos brasileiros foi a de 2006, disputada na Alemanha, que teve Carlos Alberto Parreira na Seleção Brasileira, Felipão em Portugal, Zico no Japão, Alexandre Guimarães na Costa Rica e Marcos Paqueta na Arábia Saudita.

A situação liga o alerta para os treinadores brasileiros sobre como o mercado internacional do futebol está enxergando os profissionais do país.

Frustração nos EUA

No primeiro compromisso de Carlo Ancelotti como treinador da Seleção Brasileira contra equipes

europeias, o Brasil perdeu para a França por 2 a 1, com dois gols (Mbappé e Ekitike) dos franceses. O zagueiro Bremer diminuiu para o Brasil no segundo tempo.

A partida ficou marcada pelos desfalques defensivos do Brasil, que foi a campo com uma zaga sem segurança e entrosamento, composta por Léo Pereira, do Flamengo, e Bremer, da Juventus.

O zagueiro do Flamengo, por sinal, foi infernizado por Mbappé, que usou toda sua velocidade e habilidade para ganhar praticamente todas em cima de Léo Pereira. Inclusive, o primeiro gol do jogo foi marcado pelo francês em mais uma arrancada que deixou Pereira na saudade.

Ancelotti apostou em um esquema de jogo visando explorar o contra-ataque nas subidas da França, que, no momento, é uma seleção superior. Mas não deu certo. Com Raphinha, Vini Jr. Matheus Cunha e Gabriel Martinelli, o ataque brasileiro muito “ciscou” e pouco chutou a gol. A falta de confiança em bater para o gol foi assustadora, levando praticamente nenhum perigo ao gol francês.

Na segunda etapa, Raphinha saiu para a entrada de Luiz Henrique, que mudou o jogo para o Brasil, que passou a atacar mais. Mas nem mesmo com a expulsão do zagueiro francês Upamecano o time de Ancelotti conseguiu ameaçar a vitória francesa.

Para complicar ainda mais a situação, a Seleção saiu de campo vaiada, enquanto a torcida pedia a convocação de Neymar Jr., uma saia justa para Ancelotti.

A Seleção Brasileira volta a campo nesta terça-feira (31) para enfrentar a Croácia.

Posição do COI sobre atletas trans é retrocesso, critica associação

Só atletas biologicamente do sexo feminino poderão disputar Jogos como mulheres

A decisão do COI (Comitê Olímpico Internacional) de restringir a participação em competições da categoria feminina nos Jogos Olímpicos a somente atletas biologicamente do sexo feminino recebeu críticas de associações, ao mesmo tempo em que gerou comemorações por parte de políticos brasileiros.

Segundo a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), o recente posicionamento do Comitê Olímpico Internacional “escancara um movimento que não tem relação com justiça esportiva, mas sim com a retomada de práticas excludentes travestidas de ciência.”

“A decisão não apenas reforça estigmas, como também reativa mecanismos ultrapassados como os testes de gênero, marcados por violações, constrangimentos e ausência de critérios éticos consistentes”, disse a associação em nota.

O comitê apresentou sua nova política, que, segundo a entidade, tem como objetivo proteger a categoria feminina, como parte de sua iniciativa para estabelecer uma regra universal para competidores no esporte feminino de elite.

“A elegibilidade para qualquer competição da categoria feminina nos Jogos Olímpicos ou em qualquer outro evento do Comitê Olímpico Internacional, incluindo esportes individuais e coletivos, está agora limitada a mulheres biológicas, determinadas com base em uma triagem única do gene SRY”, afirmou o COI em comunicado.

“Trata-se de um retrocesso que dialoga mais com pressões políticas e morais do que com

evidências científicas robustas”, acrescentou a Antra.

Já a deputada federal Rosângela Moro (União Brasil) comemorou em publicação em suas redes sociais a decisão do comitê.

“Vitória! COI proíbe atletas trans de disputarem categoria feminina nas Olimpíadas. A categoria feminina deve ser reservada às mulheres”, escreveu a deputada.

O Comitê indicou que mulheres trans terão de competir na categoria masculina nas próximas Olimpíadas. “Atletas com resultado positivo no teste SRY, incluindo atletas transgênero XY e atletas XY-DSD com sensibilidade a andrógenos, continuam sendo incluídos em todas as outras classificações para as quais se qualificam. Por exemplo, são elegíveis para qualquer categoria masculina, incluindo uma vaga masculina designada em qualquer categoria mista, e qualquer categoria aberta, ou em esportes e eventos que não classificam atletas por sexo”, diz nota oficial.

A presidente do COI, Kirsty Coventry, defendeu a decisão. “Como ex-atleta, acredito veementemente no direito de todos os atletas olímpicos de participar de competições justas. A política que anunciamos é baseada em ciência e foi liderada por especialistas médicos. Nos Jogos Olímpicos, até as menores margens podem ser a diferença entre vitória e derrota. Portanto, é absolutamente claro que não seria justo que homens biológicos competissem na categoria feminina. Além disso, em alguns esportes, simplesmente não seria seguro.”

Em março, mais de 80 grupos



‘A política que anunciamos é baseada em ciência’, disse a presidente do Comitê Olímpico

de direitos humanos e de defesa do esporte pediram ao COI que abandone os planos de introduzir testes genéticos universais de sexo para atletas femininas e impor uma proibição geral a competidores transgêneros e intersexuais.

Uma declaração conjunta divulgada no dia 17 pela Sport & Rights Alliance (SRA), ILGA World, Humans of Sport e dezenas de outros grupos alertou que as medidas que supostamente serão recomendadas pelo Grupo de Trabalho de Proteção da Categoria Feminina do COI representariam um retrocesso na igualdade de gênero no esporte.

Regras das federações

Até esta quinta, atletas transgênero eram autorizados a participar dos Jogos Olímpicos após serem aprovados por suas respectivas federações.

Algumas federações, incluindo atletismo, natação e rugby, já haviam estabelecido suas próprias regras, proibindo atletas que passaram pela puberdade masculina de competir na categoria feminina. Muitas federações menores, no entanto, ainda não haviam finalizado seus regulamentos sobre o tema.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, proibiu no ano passado a participação de atletas transgênero em competições escolares, universitárias e profissionais na categoria feminina, enquanto Los Angeles se prepara para sediar os Jogos Olímpicos de Verão de 2028.

Trump, que assinou a ordem “Keeping Men Out of Women’s Sports” em fevereiro de 2025, afirmou que não permitiria a participação de atletas transgênero nos Jogos de Los Angeles.

Decisões anteriores sobre elegibilidade no esporte feminino

Nos Jogos Olímpicos de Paris 2024, a discussão sobre gênero voltou ao centro do debate esportivo após uma polêmica no boxe. As atletas Imane Khelif, da Argélia, e Liu Yu-ting, de Taiwan, tiveram suas participações contestadas após serem excluídas do Mundial pela International Boxing Association por critérios de elegibilidade.

Khelif, que conquistou o ouro olímpico, afirmou ter realizado tratamento hormonal para reduzir a testosterona antes dos Jogos e ter hormônios femininos com gene SRY natural. Para Los Angeles 2028, aguarda resposta da World Boxing sobre seus exames enviados.

O debate não é isolado. No atletismo, a sul-africana Caster Semenya contesta na Justiça a exigência da World Athletics de reduzir seus níveis hormonais para competir. Ela possui hiperandrogenismo, condição que a faz produzir naturalmente mais hormônios masculinos.

Após esses ocorridos, governos como os dos Estados Unidos e da Inglaterra passaram a adotar restrições à participação de mulheres trans nos esportes, movimento acompanhado por uma sinalização mais rígida do COI. A justificativa é garantir a equidade na categoria feminina, embora ainda não haja consenso científico sobre vantagens competitivas.

A primeira atleta trans a competir, na categoria feminina, nos Jogos Olímpicos foi a neozelandesa Laurel Hubbard, nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020. A participação dela foi autorizada pelo comitê após cumprir os critérios nos níveis de testosterona.

Por Folhpress

Presidente da CBF veta ‘Brasa’ no uniforme da Seleção Brasileira

O presidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), Samir Xaud, afirmou que foi “pego de surpresa” com o meio do uniforme da Seleção Brasileira apresentado pela Nike com a inscrição “Brasa” em vez de “Brasil”. Segundo o dirigente, o lema definido pela empresa para descrever sua campanha de marketing não estará no uniforme dos jogadores.

“Fui pego um pouco de surpresa. O que me foi apresentado

quando estava lá não tinha ‘Brasa’, mas sabíamos que havia uma campanha publicitária que seria feita para a Copa em relação a isso. De antemão, pelo respeito que tenho pela bandeira do Brasil, que todos já sabem, e pela Seleção Brasileira, não tem ‘Brasa’ no nosso uniforme principal”, disse Xaud em entrevista à ESPN.

Apesar de afirmar que não tinha conhecimento da escolha feita pela patrocinadora, o dirigente



Uniforme do Brasil com o termo “Brasa” causou polêmica nas redes sociais

disse que o meio apresentado se trata apenas de uma campanha de divulgação. “Isso foi feito pela Nike para uma campanha publicitária isolada, mas deixo claro que nosso uniforme é o nosso manto, verde e amarelo. Sempre deixo isso claro.”

Xaud contou ainda que, como o contrato atual com a Nike foi assinado na gestão passada, ele teve que se debruçar sobre uma série de questões assim que assumiu o cargo, em maio de 2025. Segundo o dirigente, a po-

lêmica mais sensível ocorreu após a ideia da fornecedora de lançar uma camisa vermelha.

“Ao meu conhecimento, a partir do momento em que entrei, já no primeiro mês de gestão, nós nos debruçamos sobre assuntos importantes e vocês acompanharam comigo a questão da camisa vermelha, uma coisa que de princípio já barramos, pois eu sei da nossa identidade, da nossa cultura como brasileiros, como torcedores”, explicou. “Essa questão do patriotismo, sempre deixo claro: independentemente de lado político, aqui não estamos para fazer política em cima do futebol, principalmente na CBF.”

Procurada pela reportagem, a Nike não respondeu até a publicação deste texto.

Por Folhpress

PINGA-FOGO

■ **OS FATOS DE UM DIA DIFERENTE NA POLÍTICA DO RIO** - Esta quinta, 26 de março de 2026, entrará para os anais da história da política do estado Rio, que demonstram que os assuntos do universo fluminense não são para amadores. A tarde começou com a eleição de Douglas Ruas para presidente da Alerj e, automaticamente, governador interino e terminou com a anulação da votação pelo TJRJ. Por poucas horas, o Rio teve três governadores na mesma semana, já que Cláudio Castro só deixou o governo na segunda, 23.

■ **ATO 1 - 14 HORAS** - O deputado Douglas Ruas (PL) é eleito, nesta quinta-feira (26/03), o novo presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Com 45 votos favoráveis, a candidatura única do parlamentar recebeu a chancela do plenário para conduzir os trabalhos da Casa. A votação, que não teve abstenção e registrou 22 ausências, não alterou a composição da Mesa Diretora.

■ **Em seu discurso, o novo presidente destacou o momento de excepcionalidade que passa o Estado do Rio. “É justamente nessas horas que se revela o verdadeiro compromisso com os mais de 16 milhões de cidadãos fluminenses, que esperam de todos nós, agentes públicos, dedicação diária para assegurar serviços de qualidade”, declarou Ruas. A composição dos deputados que integram a Mesa Diretora da Alerj não foi modificada: 1º vice-presidente, Guilherme Delaroli; 2º vice-presidente, Tia Ju (REP); 3º vice-presidente, Zeidan (PT); 4º vice-presidente, Célia Jordão (PL); 1º Secretário, Rosenverg Reis (MDB); 2º Secretário, Dr. Deodato (PL); 3º Secretária, Franciane Motta (União); 4º Secretário, Giovanni Ratinho (SDD); 1ª Vogal, Índia Armelau (PL); 2ª Vogal, Rafael Nobre (União); 3ª Vogal, Valdecy da Saúde (PL); e 4ª Vogal, Renato Miranda (PL).**

■ A Mesa Diretora tem como atribuições ser responsável pela direção dos trabalhos legislativos e serviços administrativos da Assembleia.

■ **ATO 2 - 18 HORAS** - A presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargadora Suely Lopes Magalhães, deferiu medida liminar, suspendendo todos as decisões e atos da 2ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que elegeu o deputado Douglas Ruas como presidente da Alerj, na tarde desta quinta-feira, 26 de março.

■ Na decisão, a magistrada considerou que o processo eleitoral na Alerj só poderia ser deflagrado após a retotalização dos votos pelo Tribunal Regional Eleitoral, conforme determinou o Tribunal Superior Eleitoral, na decisão que cassou o mandato do então presidente da Alerj, deputado Rodrigo da Silva Bacellar.

■ “Ex positis, DEFIRO a medida liminar para suspender imediatamente a “2ª Sessão Extraordinária” convocada para a data de hoje, bem como todo e qualquer ato subsequente vocacionado à eleição para o cargo de Presidente da Mesa Diretora da ALERJ. Caso já se tenha ultimado o processo eleitoral, sem a prévia retotalização dos votos pelo TRE – com a definição do Parlamento fluminense –, determino a SUSPEN-



Fotos CM



O publisher do Correio da Manhã, Claudio Magnavita, com Renata Paixão, Juliana Monteiro, Bruno Rossi, Adriana Leme, Raul Montenegro e Pedro Pecly, durante o jantar de lançamento em Brasília. Na ocasião, Rossi, diretor de Comunicação da empresa, foi apresentado com a biografia “A mulher que enfrentou o Brasil: a arte e a coragem de Niomar Moniz Sodré Bittencourt”, escrita por Ricardo Cota e publicada pela Editora Correio da Manhã



Samanta Sallum, do Correio Braziliense; Pat Santilli, diretora 99Food na agência VFR; e Bruno Rossini, diretor sênior de comunicação da 99; com o colunista do Correio da Manhã DF, o jornalista William França; e o publisher do grupo Cláudio Magnavita

O diretor-geral de Brasília do Correio da Manhã, Sérgio Nery, com Karlo Dias, da agência LK; Ana Carolina Tomé, da CBN; Adriana Leme, gerente sênior de comunicação da 99Food; e Pedro Pecly, head de negócios da 99Food



SÃO DA EFICÁCIA DOS ATOS PRATICADOS, mantido na direção superior da ALERJ o Presidente que se encontrava em exercício quando da deflagração do processo.”

■ A presidente em exercício avaliou que a mesa diretora da Alerj acatou, em parte, a decisão do TSE, considerando, apenas, a vacância do cargo da presidência, após a cassação do mandato do deputado Rodrigo Bacellar.

■ “Aparentemente ao deflagrar a eleição administrativa antes da necessária retotalização dos votos para Deputado Estadual – haja vista a cassação do mandato de Rodrigo da Silva Bacellar –, a Assembleia Legislativa optou por acatar apenas em parte os efeitos imediatos do acórdão recém prolatado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Admitiu-se a vacância do cargo de Chefia do Poder Legislativo – outrora ocupado por Rodrigo da Silva Bacellar –, a ponto de iniciar o processo de escolha do novo Presidente, mas não se reconheceu a perda do

mandato parlamentar em si, tampouco a impostergável retotalização dos votos, que poderia culminar, inclusive, na alteração da própria composição do Parlamento, com o potencial surgimento de novos eleitores e candidatos.”

■ A magistrada ressaltou que o processo eleitoral deflagrado pela mesa diretora, sem o cumprimento integral da decisão do TSE, interfere, não só na escolha do novo presidente da Alerj, como, na definição daquele que irá assumir como Governador do Estado.

■ “In casu, é mister observar que o indiciado desvio de finalidade transcende em muito aquilo que se costuma chamar questão interna corporis. A indigitada manobra envolve o cumprimento – aparentemente distorcido – de uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral e uma potencial interferência no corpo de eleitores que escolherá, por sufrágio interno, o agente público incumbido não apenas da Presidência da Assembleia Legislativa,

99Food brinda chegada a Brasília com jantar de lançamento

Na noite de quinta-feira, 26 de março, a 99Food reuniu convidados em um jantar especial em Brasília para anunciar oficialmente sua chegada à capital federal. O encontro celebrou o início da operação da plataforma, que desembarca na cidade com mais de 4,6 mil restaurantes cadastrados e cerca de 6 mil entregadores, além de uma proposta de mercado baseada em taxas mais baixas e benefícios tanto para consumidores quanto para estabelecimentos.

O evento também destacou o robusto plano de expansão da empresa, que prevê investimento superior a R\$ 100 milhões na capital, dentro de um pacote nacional de R\$ 2 bilhões. Executivos da companhia, entre eles Bruno Rossini, reforçaram o caráter estratégico de Brasília no crescimento da marca, que já está presente em mais de 70 cidades brasileiras e pretende alcançar mais de 100 municípios até junho. A proposta é ampliar o acesso ao delivery, com incentivos como cupons promocionais e entregas gratuitas nas primeiras compras.

Além do anúncio, foram apresentados dados de uma pesquisa que revelam o forte hábito de consumo por delivery entre os brasilienses, com destaque para o uso frequente do serviço e a preferência por pizzas, pratos regionais e culinárias internacionais. A chegada da 99Food surge, segundo a empresa, como resposta à demanda por preços mais competitivos e melhores condições no setor, prometendo ainda otimizar a experiência de usuários e aumentar o potencial de ganhos dos entregadores por meio de tecnologia e inteligência operacional.

mas, em última análise e ato contínuo, do próprio Governo do Estado do Rio de Janeiro. A urgência inerente à espécie e a relevância institucional do processo eleitoral administrativo em tela, recomendam veementemente o deferimento de plano, inaudita altera parte, da tutela antecipada requerida.”

■ A desembargadora Suely Magalhães reiterou que, antes da deflagração da eleição, é necessária a realização da retotalização dos votos para permitir que seja definida a composição oficial do colégio eleitoral da Alerj apto a participar do processo de escolha do novo presidente da Casa.

■ “A cronologia lógica a ser observada no cumprimento da decisão da Justiça Eleitoral é inequívoca: primeiro retotalizar os votos, para assegurar a legitimidade da composição da Casa Legislativa e, assim, a higidez do colégio eleitoral e do próprio sufrágio interno que se avizinha; e só então deflagrar o processo eleitoral.”

Huguette Gallo



Instagram: @huguettegallopress

Email: huguettegallo@gmail.com

Email: huguette.gallo@gmail.com

Divulgação/Arquivo pessoal



Fernando e seus dois amores, os sobrinhas Gabriela e Maurício

Fernando Kassab, o gigante

O Diploma de Mérito Gastronômico da Câmara Municipal de Campinas poderá adotar o nome de Fernando Kassab, falecido ontem aos 64 anos, de insuficiência renal. O vereador Paulo Haddad (PSD) protocolou um Projeto de Resolução na Câmara Municipal de Campinas, no qual determina que a honraria da Casa, concedida a pessoas e entidades que tenham se destacado por suas contribuições para o desenvolvimento da gastronomia, passe a se chamar Diploma de

Mérito Gastronômico “Fernando Kassab”. O objetivo da proposta, segundo o vereador, é homenagear o jornalista, apresentador e chef gastronômico. “Além de um ótimo profissional, Kassab era conhecido por ser uma pessoa extremamente generosa, gentil, culta e bem-humorada, e deixa um enorme legado na comunicação e na gastronomia. Advindo de família de origem árabe, com seis irmãos, deu os primeiros passos na gastronomia pelas mãos da mãe, dona Leila.

Nos anos de 1990, era um dos mais respeitados colunistas sociais da cidade. Nos anos 2000, começou a trabalhar na EPTV, onde permaneceu por 21 anos, tornando-se um verdadeiro ícone da culinária. Kassab continuou a criar, preparar e divulgar receitas nas redes sociais, além de recitar poemas e trechos de literatura.

Para que o diploma leve o nome de Fernando Kassab, o projeto precisa ser aprovado em turno único pelos vereadores.

Guetty Bits

■ O projeto Cine Infância promove, em 9 de abril, uma oficina gratuita de sensibilização para educadores sobre a inclusão de alunos com deficiência auditiva e visual em Campinas. Voltada a professores da rede pública, a ação inclui exposições, rodas de conversa e atividades lúdicas focadas na acessibilidade comunicacional e atitudinal. Desde 2023, quando circulou pela primeira vez, impactou diretamente quase 3 mil crianças de escolas públicas da metrópole e de cidades da região.

■ Instituto Hilda Hilst (IHH) acaba de lançar o seu novo site oficial (www.hildahilst.com.br), que passa a reunir informações institucionais e, principalmente, disponibilizar ao público parte significativa do acervo pessoal de Hilda Hilst, totalizando mais de 2 mil itens.

■ Neste sábado, acontece na boate do Tênis Clube de Campinas, noite de autógrafa do livro “Menopausa, Na Pele do Tempo” de Fernanda do Valle e Lisandra Zanuto.

Um documentário fascinante

Enquanto dirigia seu famoso filme “Jurassic Park” Spielberg tomou uma decisão que viraria uma das mais famosas técnicas do cinema moderno. Quando os dinossauros aparecem pela primeira vez, ele não filma o dinossauro, ele filma o rosto das pessoas. Isso tem um nome em Hollywood: “Spielberg Face” — porque a emoção da pessoa faz o público sentir junto.” Dos primeiros aos últimos dinossauros”, é a série documental fascinante com locução de Morgan Freeman, no Netflix.



Recriações em CGI (Computação Gráfica) hiper-realistas

Divulgação

V. Zalochi & M. Rodrigues arte pura

Pinceladas ao mar, às vezes de forma mais intensa e tempestuosa, outras na calma e assim vão compondo de forma pictórica e iconográfica um belo trabalho. A exposição “Entre Sinais” vai além das imagens explícitas, é possível ver força, a energia, a criatividade, a ousadia, entre outras tantas dos artistas Márcio Rodrigues e Zalochi, uma energia que mantém viva a arte em Campinas”, palavras do curador Gilson Barreto. A exposição “Entre Sinais” permanece até 30 de março, no espaço cultural Casa do Lago (Unicamp). Imperdível!



Márcio, Lília Gallana, Cibele Vieira e Zalochi

HGPress